

Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 099/2024**

**(COMPRASNET Nº 90099/2024)**

**(REGISTRO DE PREÇO)**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO COM INSTALAÇÃO DE SOLUÇÃO COMPLETA DE VIDEO MONITORAMENTO PÚBLICO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DA SOLUÇÃO OFERTADA, EM ATENDIMENTO À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** PELO MENOR PREÇO GLOBAL.

**INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:**

**Início:** 10/12/2024, às 08:00h

**DATA E HORA DA DISPUTA:**

**Dia:** 26/12/2024, às 09:00h

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS / ESCLARECIMENTOS:** até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço [licitacapmi.itatiaia@gmail.com](mailto:licitacapmi.itatiaia@gmail.com).

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024****PREGÃO ELETRÔNICO N.º 099/2024****(COMPRASNET Nº 90099/2024)****(REGISTRO DE PREÇO)**

A Diretoria de Licitações/PMI, em atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Itatiaia, torna pública, aos interessados, a realização da licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico n.º 099/2024, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL**, que será realizada às **09:00 (nove horas)** do dia **26 de dezembro de 2024**, através do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), conforme objeto discriminado no **ANEXO I** deste Edital, cuja licitação será regida pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, pela Lei Complementar n.º 123/2006, pelo Decreto Municipal 4.463/2024 e pelas disposições contidas neste Edital e seus anexos.

**1.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

- 1.1.** A Licitação será realizada em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases;
- 1.2.** Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, conforme Portaria n.º 9.007/2024;
- 1.3.** A proponente deverá observar as datas e horários previstos para a abertura de propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa de preços, conforme disposto na folha de rosto deste Edital;
- 1.4.** As retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todas as licitantes, e serão divulgadas através do mesmo site mencionado acima, sendo assim comunicadas a todas as interessadas.
- 1.5.** O Edital poderá ser retirado no endereço eletrônico mencionado no preâmbulo deste instrumento convocatório, ou através do site oficial da Prefeitura Municipal de Itatiaia, no endereço: [www.itatiaia.rj.gov.br](http://www.itatiaia.rj.gov.br);

**2.DO OBJETO:**

- 2.1.** A presente Licitação tem por objetivo a obtenção da proposta mais vantajosa para **registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação com instalação de solução completa de video monitoramento público, manutenção e suporte da solução ofertada, em atendimento à prefeitura municipal de itatiaia pelo período de 12 (doze) meses**, conforme discriminado no Termo de Referência constante do **ANEXO I** do presente Edital.

**3. DO CREDENCIAMENTO:**

- 3.1.** Para acesso ao sistema eletrônico, as licitantes deverão dispor de login e senha particulares e intransferíveis, os quais devem ser obtidos mediante o devido credenciamento junto ao Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 3.2.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Concorrência.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**3.3.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Itatiaia-RJ, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

**4.1.** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**4.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**4.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**4.6. Não poderão disputar esta licitação:**

**4.6.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**4.6.2.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.6.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**4.6.4.** Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

**4.6.5.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

**5. DA GARANTIA CONTRATUAL.**

**5.1.** Exigir-se-á da licitante **vencedora** uma garantia a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo §1º, art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/21, da ordem de **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

**5.2.** Para a modalidade de seguro-garantia, o prazo para a apresentação da garantia será de até 30 (trinta) dias, contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do art. 96, §3º, da Lei 14.133/21;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**5.3.** Nas demais modalidades, o prazo para a apresentação da garantia será de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato. O Prazo poderá ser prorrogável por igual período desde que devidamente justificado;

**5.4.** A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**5.5.** Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/21, a garantia deverá ser complementada para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

**5.6.** Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, a CONTRATANTE se utilizará da garantia dada para a finalidade de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela CONTRATADA, na recomposição das perdas e danos sofridos. A CONTRATADA ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 10 (dez) dias úteis seguintes à sua notificação.

**5.7.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, conforme art. 100 da Lei nº 14.133 de 2021, mediante requerimento;

**6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**6.1.** Os licitantes encaminharão, mediante preenchimento no sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação;

**6.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema:

**6.3.** Quando for o caso, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**6.3.1.** No caso de itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**6.3.1.1.** No caso de itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**6.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.5.** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;

**6.6.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**6.7.** Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**6.8.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**6.9.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**6.10.** A falsidade da declaração de que trata os itens **6.3 a 6.8** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:**

**7.1.** O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**7.1.1.** Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional, com até **2 (duas) casas decimais**. Caso a licitante não atenda esta condição, o pregoeiro desconsiderará os dígitos excedentes.

**7.1.2.** Marca de cada item ofertado, quando aplicável;

**7.1.3.** Fabricante de cada item ofertado, quando aplicável;

**7.1.4.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

**7.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**7.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

**7.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**7.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (NOVENTA) DIAS, a contar da data de sua apresentação.

**7.6.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas ao participarem de licitações públicas;

**7.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**7.8.** A proposta vencedora deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso, devendo ser:

**I)** Redigida em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

II) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

III) Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

IV) Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**8. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão editar a proposta anteriormente inserida no sistema;

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor **global do lote**.

8.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

8.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos, sucessivos e decrescentes;

8.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.9.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.9.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.





Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**8.9.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**8.9.6.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**8.10.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**8.11.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**8.12.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**8.13.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**8.14.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, será facultada a suspensão da sessão, mediante justificativa, reiniciando o ato após comunicação expressa aos participantes, nos termos do Decreto Municipal nº 4.463/2024;

**8.15.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**8.16.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**8.16.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**8.16.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**8.16.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**8.16.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**8.17.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**8.17.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- I) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
- III) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

**8.17.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- II) empresas brasileiras;
- III) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

**8.18.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro e/ou Equipe **poderá** negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**8.18.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.18.2.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**8.18.3.** O Pregoeiro e/ou Equipe solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada;

**8.19.** O prazo de que trata o item **8.18.3** poderá ser prorrogado por igual período nas seguintes situações:

**8.19.1.** Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro ou pela equipe de apoio; ou

**8.19.2.** De ofício, a critério do Pregoeiro ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da propostas;

**8.20.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**8.21.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando por meio do sistema a nova data e horário para a sua continuidade.

**9. DO JULGAMENTO:**

**9.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no **item 4.6** do edital,





Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**9.1.1.** SICAF;

**9.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>) e

**9.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

**9.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**9.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro e/ou Equipe diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput);

**9.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**9.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**9.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.4.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro e/ou Equipe verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o **item 6.3** deste edital.

**9.5.** Verificadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estimado para a contratação, conforme definido no edital e seus anexos;

**9.6.** Nos termos do art. 59, da Lei Federal 14.133/2021, será desclassificada a proposta vencedora que:

**9.6.1.** Contiver vícios insanáveis;

**9.6.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

**9.6.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**9.6.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**9.6.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

**9.6.6.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;

**9.7.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**9.8.** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta;

**9.9.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**9.10.** O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada;

**9.11.** O prazo de que trata o **item 9.10** poderá ser prorrogado por igual período nas seguintes situações:

**9.12.** Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

**9.12.1.** De ofício, a critério do Pregoeiro ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da propostas;

**9.13.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**9.14.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando por meio do sistema a nova data e horário para a sua continuidade.

**10. DA HABILITAÇÃO:**

**10.1.** Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**10.1.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia.

**10.1.3.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro e/ou Equipe.

**10.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**a)** Registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de Empresário Individual ou Sociedade Empresária;

**b)** Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de Sociedade Simples;

**c)** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão correspondente;

**d)** O Contrato Social deverá ser apresentado em sua constituição original e última alteração, se houver, ou na forma consolidada;

**e)** Documentos de eleição dos atuais Administradores, tratando-se de Sociedades por Ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "c", deste subitem;

**f)** Ato Constitutivo devidamente registrado, tratando-se de Sociedades Cíveis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**g)** Decreto de Autorização e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

**h)** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**10.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

**b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;

**c)** Certidão Negativa de Débitos, expedida pela União, constando regularidade junto à Secretaria da Receita Federal, à Dívida Ativa da União e às Contribuições Previdenciárias;

**d)** Certidão Negativa de Débitos, expedida pela Secretaria de Fazenda Estadual, incluindo Certidão Negativa da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado;

**e)** Certidão Negativa de Débitos, expedida pela Secretaria de Fazenda Municipal, relativa à sede da licitante;

**f)** Certidão de Regularidade de Débitos para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

**g)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos da Lei Federal n.º 12.440, de 07/07/2011.

**h)** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**- Para todas as certidões fiscais solicitadas, será admitida apresentação de Certidão Positiva com Efeito de Negativa.**

**10.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**a)** Certidão Negativa de Pedido de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da proponente, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. Caso as certidões sejam apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas válidas, para este certame, aquelas emitidas há, no máximo, 90 (noventa) dias da data estipulada para a abertura da sessão;

**b)** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

**c)** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos **dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser

Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

**c.1)** A comprovação da boa situação financeira das licitantes será avaliada pelo índice de Liquidez Geral (LG), o qual deverá ser igual ou superior a 1 (um), após aplicação da fórmula abaixo, devendo o índice solicitado vir demonstrado em documento próprio, anexado ao Balanço solicitado acima, devidamente assinado pelo representante legal da licitante e seu contador, com número do CRC indicado.

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a LP}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a LP}} \geq 1$$

**d)** O Balanço Patrimonial de que trata este item deverá ser apresentado inclusive pelas empresas optantes pelo SIMPLES.

**e)** As licitantes concorrentes como MEI, para comprovação da qualificação econômico-financeira, deverão apresentar a Declaração Anual do Simples Nacional (DASN-SISMEI) ou a DECORE (Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos), referente ao último exercício financeiro.

**f)** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**g)** Os documentos referidos na alínea “B” limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos nos termos do § 6º do art 69, da Lei Federal 14.133/2021.

**10.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**a)** A Licitante deverá apresentar certidão de registro da empresa e do responsável técnico na entidade profissional competente CREA/CAU;

**b)** Qualificação **técnico-profissional** comprovando que a licitante possui em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissional (is) de nível superior ou outro (s) reconhecido (s) pelo CREA/ CAU, detentor (es) de atestado (s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado (s) no CREA/CAU ou conselho pertinente da região onde os serviços foram executados, acompanhado (s) da (s) respectiva (s) certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços e atividades pertinentes, análogas e de relevância técnica compatíveis com os serviços objeto desta licitação:

**c)** Qualificação **técnico-operacional** das LICITANTES comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da presente Licitação, por meio de atestado (s) expedidos (s) em nome da empresa licitante por Órgão, Entidade Pública ou por empresas privadas, dispensando registro de quaisquer Conselhos Profissionais, à luz do Acórdão TCU nº 128/2012 – 2ª Câmara, Acórdão TCU nº 205/2017 – Plenário e Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011 – Manual de Procedimentos Operacionais.

**d)** A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante, ou do contrato social do licitante



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

em que conste o profissional como sócio, ou do contrato de trabalho, em que conste o profissional como responsável técnico ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;

**e)** O Profissional indicado para fins de comprovação da capacidade técnica participará como responsável pelo serviço, admitida sua substituição conforme o § 6º do art.67 da Lei nº 14.133/21;

**f)** Declaração de visita técnica, conforme **ANEXO VIII**, informando que realizou vistoria (s) no(s) local (is) de prestação de serviços ou declaração de desistência da visita técnica, conforme **ANEXO IX**, informando que assume os riscos da não realização dessa visita técnica;

**10.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES PARA A HABILITAÇÃO:**

**10.6.1.** A Licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, as seguintes declarações:

**a)** Em se tratando de ME/EPP/MEI, a Licitante deverá apresentar declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, vide modelo **ANEXO III**;

**b)** Declaração que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021, vide modelo **ANEXO IV**;

**c)** Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021, vide modelo **ANEXO V**.

**d)** Declaração que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, vide modelo **ANEXO VI**;

**e)** Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, vide modelo **ANEXO VII**;

**f)** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

**10.7. DA VISTORIA TÉCNICA**

**a)** A licitante interessada poderá realizar Visita Técnica para conhecer o local e suas condições, a fim de obter perfeito conhecimento do objeto licitado, inclusive quanto às especificidades dos serviços a serem executados e ao grau de dificuldade da execução, objetivando verificar a compatibilidade da realidade da prestação dos serviços com a proposta estimativa constante do edital;

**b)** O prazo para vistoria iniciar-se-á no 1º dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública. A vistoria poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, acompanhada pelo corpo técnico da Prefeitura e devendo ser previamente agendada por meio dos telefones (24) 3352-2058 / (24) 3352-1394 ou via e-mail: [executargabinete@gmail.com](mailto:executargabinete@gmail.com).





Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**c)** Para a vistoria, o licitante ou seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**d)** Caso a(s) licitante(s) opte(m) pela dispensa da vistoria, deverá(ão) apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante (**ANEXO IX**), atestando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação (dispensando a vistoria). Não será admitida qualquer alegação de desconhecimento total ou parcial dos serviços após a licitação.

**10.8.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

**10.9.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**10.10.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

**11. DOS RECURSOS.**

**11.1.** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;

**11.1.1.** O prazo citado no **item 11.1** não será inferior a **30 (trinta)** minutos;

**11.2.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de **três dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento;

**11.3.** Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de **três dias úteis**, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso;

**11.4.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

**11.5.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

**12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.**

**12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**12.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**12.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**12.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**12.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**12.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sistema, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

**13. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**13.1.** O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica;

**13.2.** O Pregoeiro e/ ou Equipe poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

**13.3.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os **itens 13.1 e 13.2**, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**

**14.1.** Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará e homologará a licitação.

**15. DA CONTRATAÇÃO**

**15.1.** Fica estipulado o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a partir do recebimento da convocação por escrito do Departamento de Licitações, para que a adjudicatária assine o respectivo Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no no § 5º, do art. 90, da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações;

**15.1.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração, podendo esta, se assim o entender, utilizar-se da prerrogativa prevista no § 1º, do art. 90, da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações;

**15.2.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, nos termos do art.90, da Lei 14.133/2021;

**15.3.** A CONTRATADA somente poderá subcontratar a execução de partes do contrato a terceiros, mediante autorização prévia do CONTRATANTE, sem nenhum prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, conforme art. 122 da Lei nº 14.133/21;

**15.4.** A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que a Contratante possa fazer no Termo de Contrato, na forma do art. 125, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações;

**15.5.** As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n º 14.133/2021 não poderão transfigurar o objeto da contratação.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**15.6.** Toda e qualquer alteração contratual deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, devendo ser formalizada por meio de aditamento e lavrado antes do término do prazo contratual.

**16. DO PAGAMENTO, REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO:**

**16.1.** O processamento para pagamento observará a legislação pertinente à legalidade da despesa pública (Decreto Municipal n.º 3.316/19 e Instrução Normativa CGM n.º 01/22), e será realizado da seguinte forma:

**16.2.** Para efeitos de pagamento, a Contratada deverá apresentar documentos de cobrança constando de forma discriminada a efetiva discriminação do serviço prestado, o quantitativo de serviço efetivamente prestado, informando ainda o nome e número do banco, agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado;

**16.3.** A Contratada deverá apresentar, juntamente aos documentos de cobrança, Certidão de comprovação de regularidade junto as Contribuições Previdenciárias, junto ao FGTS, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**16.3.1.** A Contratada deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica com **QR CODE** ou **CÓDIGO DE BARRAS**;

**16.4.** Os documentos de cobrança, juntamente com as Certidões deverão ser entregues pela Contratada, ao fiscal do Contrato, com protocolo de recebimento;

**16.5.** Caso o objeto executado seja faturado em desacordo com as disposições previstas neste Edital, no Termo de Referência anexo a este e no Contrato Administrativo gerado para a sua execução, ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a licitante vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento;

**16.6.** Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do seu recebimento, o fiscal do Contrato deverá encaminhá-lo para pagamento;

**16.7.** Havendo atraso no pagamento que tenha dado causa a Contratante, a Contratada fará jus a 0,033% (trinta e três milésimo por cento) por dia útil de atraso, calculado sobre o valor da fatura em atraso, fazendo jus a Contratante ao mesmo percentual de desconto em caso de antecipação do pagamento;

**16.8.** Os preços contratados serão fixos e irreeajustáveis durante os primeiros 12 (doze) primeiros meses de vigência contratual;

**16.9.** Após esse prazo, o valor do Contrato poderá ser reajustado, havendo solicitação de reajuste pela Contratada, tendo por base o mês de formalização das propostas que estimaram a licitação, constante do processo administrativo, com base na variação dos índices IGPM, INPC, IPCA, corrigindo-se o valor contratado pelo índice que se mostrar mais vantajoso à Contratante,

**16.10.** Em caso de solicitação de reequilíbrio do contrato, o mesmo deverá ser processado nos termos da alínea “d” do inciso II do artigo 124 da Lei 14.133/21, sendo vedado pedidos quando estes decorrerem de atrasos na execução por culpa da CONTRATADA;

**16.11.** Em decorrência do objeto contratual não será aplicado a repactuação;

**16.12.** Os casos de aditamento ou supressão serão processados nos termos da alínea “b” do inciso I do artigo 124 c/c o artigo 125 todos da Lei 14.133/21 nos limites ali permitidos.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**17. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**17.1.** O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores;

**17.2.** A rescisão, se houver, dar-se-á por meio de processo administrativo próprio, por motivos devidamente comprovados e justificados;

**17.3.** Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente aos serviços executados que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo CONTRATANTE, deduzidos os débitos existentes.

**18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**18.1.** No caso de descumprimento do disposto no contrato ou cometimento das faltas dispostas no artigo 155, da Lei Federal nº 14133/2021, o Município, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da Lei Civil, aplicará à Contratada, conforme o caso, as penalidades previstas no artigo 156 da mesma Lei, observado a ampla defesa e contraditório, pela ordem, as seguintes penalidades:

**I - Advertência escrita** - comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

**II - Multa** - deverá observar os seguintes limites máximos:

**a)** 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obra não cumprida;

**b)** 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou da Ata de Registro de Preços, independente da aplicação de outras sanções previstas em lei, nas hipóteses de o adjudicatário se recusar a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou não aceitar ou retirar a ordem de fornecimento, caso de recusa em efetuar a garantia contratual ou apresentar documentos irregulares ou falsos;

**c)** 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

**III)** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido as infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155;

**IV)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido as infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo.

**18.2.** No caso de reincidência específica, a multa moratória deverá corresponder ao dobro do valor daquela que tiver sido inicialmente imposta, porém deverá observar sempre o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

**18.3.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV da cláusula 17.1 poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no inciso II, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**19. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO:**

**19.1.** O prazo de vigência do contrato decorrente da presente licitação será de **12 (doze) meses**, contado a partir de sua assinatura.

**19.2.** A licitante vencedora deverá seguir todas as determinações constantes Edital Licitatório e seus anexos;

**19.3.** Se a licitante vencedora não possuir sede no Município de Itatiaia, deverá disponibilizar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do respectivo termo de contrato, uma base operacional neste Município, visando o pronto atendimento às demandas operacionais decorrentes da execução do objeto em questão;

**19.4.** A Contratada deverá prestar os serviços de instalação, configuração dos equipamentos e sistemas nas localidades definidas pela Contratante;

**19.4.1.** A Contratada deverá prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de toda a solução ofertada, sem custos extras à Contratante, inclusive a substituição de peças e/ou equipamentos;

**19.5.** A Contratada deverá realizar em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato e, posteriormente, mensalmente, testes de funcionalidade do sistema CFTV com fornecimento do respectivo relatório conclusivo assinado pelo responsável;

**19.6.** A Contratada deverá criar e fornecer planta em CAD do município "As Built" com a localização dos pontos de conexão de rede e das câmeras;

**19.6.1.** O Contrante deverá fornecer a planta inicial para a realização dos serviços.

**19.7.** A Contratada deverá realizar treinamento operacional para 12 (doze) operadores e 04 (quatro) supervisores, sendo obrigatório no mínimo 16 (dezesesseis) horas de treinamento operacional e 04 (quatro) horas de treinamento de supervisão;

**19.8.** O objeto será recebido nos termos do art. 140, inciso I, alíneas "a" e "b", e § 1º, 2º, 3º, da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

**a) Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

**b) Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

**c)** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato;

**d)** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**19.9.** A licitante vencedora deverá observar o prazo de execução estipulado, pois seu descumprimento ensejará no descredenciamento da mesma como fornecedora / prestadora de serviços da Prefeitura Municipal de Itatiaia, pelo período de até 05 (cinco) anos;

**20. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:**

**20.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- a) A Contratada executará o objeto por sua exclusiva conta e responsabilidade, inclusive a referente a perdas e danos contra terceiros, ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária;
- b) A Contratada deverá manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação;**
- c) Ao longo de toda a execução do contrato, a contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, nos termos do art. 116, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) Fornecer toda e qualquer informação solicitada pela Prefeitura Municipal de Itatiaia/RJ;
- e) As despesas relacionadas à execução do objeto são de total responsabilidade da Contratada;
- f) A Contratada deverá disponibilizar um funcionário e dispor de número telefônico e e-mail para contato imediato da Contratante;
- g) Informar a Contratante sobre qualquer dificuldade, imprevisto ou alteração no objeto, com a devida justificativa;
- h) Demais obrigações previstas no Edital Licitatório e seus anexos.

**20.2. DAS RESPONSABILIDADES CIVIS DA CONTRATADA:**

- a) A Contratada é responsável pela indenização de danos causados em decorrência de negligência, omissão, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos.
- b) A fiscalização ou acompanhamento da execução da contratação pelos órgãos da PMI não excluem as responsabilidades da Contratada.

**20.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIA:**

- a) Efetuar o pagamento à Contratada, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos;
- b) Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares à execução do objeto;
- c) Notificar, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da execução do objeto;
- d) Demais obrigações previstas no Edital Licitatório e seus anexos.

**21.DA FISCALIZAÇÃO**

**21.1.** Os serviços objeto desta licitação, quando contratados, serão fiscalizados pelo Gabinete do Prefeito, por meio do servidora **Alessandra de Azeredo Duarte, matrícula nº 43.355, inscrita no CPF nº 026.707.337-27** a ser designada formalmente para tal, que determinará o que for necessário para regularização de faltas e defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, ficando os titulares da referida Secretaria como corresponsáveis;

**21.2.** À fiscalização do Contrato caberá:

- a) Verificar se a entrega do objeto e/ ou prestação dos serviços está sendo realizada em conformidade com as determinações deste Edital e do Contrato gerado para sua execução;
- b) Adotar as providências necessárias à preservação dos interesses do erário, promovendo a atestação das faturas, opinando pela aplicação das penalidades cabíveis em caso falhas e





Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

inadimplementos e praticar os atos indispensáveis a boa execução do Contrato sob sua responsabilidade;

c) Emitir e cobrar, com a periodicidade determinada, os relatórios acerca da execução do Contrato, sugerindo, em tempo hábil, as providências necessárias em benefício da Administração, inclusive no tocante às hipóteses de alterações contratuais, de prorrogação, de rescisão, bem como aquelas destinadas a abertura de novo procedimento licitatório, se for o caso;

**21.3.** Ficam reservados à fiscalização/gestor do Contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo, e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus a Contratante ou modificação do objeto da contratação;

**21.4.** As decisões que ultrapassarem a competência da fiscalização do Contrato deverão ser solicitadas formalmente pela Contratada à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscalizador, por intermédio dele, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes;

**21.5.** A Contratada deverá aceitar, obrigatoriamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades;

**21.6.** A existência e atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Administração Municipal ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da Administração Municipal ou de seus prepostos, devendo, ainda, a Contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato da Administração Municipal dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

**22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.**

**22.1.** Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

**22.2.** A **IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no e-mail: [licitacapmi.itatiaia@gmail.com](mailto:licitacapmi.itatiaia@gmail.com)**;

**22.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sistema no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**22.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**22.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

**22.5.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**22.6.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**22.7.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sistema sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.





Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**22.8.** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

**23. DA FORMALIZAÇÃO, VALIDADE E ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**23.1.** Não será permitida a licitante ofertar proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital;

**23.2.** Homologado o resultado da licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, que constitui documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para futura contratação, com validade de **12 (doze) meses** contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços;

**23.3.** A Prefeitura, através do Departamento de Licitações, convocará formalmente a licitante classificada em primeiro lugar para a assinatura da Ata de Registro de Preços, gerada a partir da homologação da licitação, no prazo de três dias úteis, sob pena de decair de seu direito ao registro. Nesse caso, a Contratante poderá convocar o segundo colocado no Pregão de Registro de Preços ou mesmo suspender a contratação do objeto;

**23.3.1.** O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Município de Itatiaia.

**23.4.** É facultado ao Município de Itatiaia, quando a licitante vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços, nos prazos e condições estabelecidos no item anterior, convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação.

**23.5.** A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

**23.6.** A existência de preços registrados não obriga o Município de Itatiaia a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específicas para a aquisição de produtos e/ou materiais ora licitados nos termos do art 25 do Decreto Municipal nº 4.470/2024;;

**23.7.** A Contratada deverá manter sempre atualizada a condição de habilitação exigida no presente Edital, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, podendo a fiscalizadora exigir a comprovação desta manutenção sempre que julgar necessário;

**23.8.** A Ata de Registro de Preços decorrente do presente Pregão poderá ser aderida , nos termos do art. 86 da Lei Federal 14.133/2021 c/c art. 23 e 24, do Decreto Municipal n.º 4.470/2024;

**23.9.** Constitui-se Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços decorrente deste Pregão de SRP a Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Licitações, em relação à autorização de adesão, validade dos preços e sua economicidade, e todos os demais atos definidos no Decreto Municipal n.º 4.470/2024, e como Órgão Gestor/Participante a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

**23.10.** Os Municípios ou Órgãos Não Participantes que solicitarem adesão à Ata serão os únicos e totais responsáveis em relação à economicidade da Ata aderida.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**24. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**24.1.** Os preços registrados podem ser revistos para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos contratados e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, cabendo ao Órgão Gerenciador promover às negociações junto aos Fornecedores registrados, nos termos do art. 19 e 20 do Decreto Municipal nº 4.470/2024;

**24.2.** Na hipótese de o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador deve convocar os Fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

**24.2.1.** Os Fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado devem ser liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

**24.2.2.** A ordem de classificação dos Fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado deve observar a classificação original;

**24.2.3.** Quando o Fornecedor não puder comprovadamente cumprir o compromisso, porque o preço de mercado tornou-se superior aos preços registrados, o Órgão Gerenciador pode:

**a)** liberar o Fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos, através de comprovantes apresentados;

**b)** convocar os demais Fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**24.3.** Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**24.4.** A Contratada Registrada poderá ter seu Registro de Preços cancelado por intermédio de processo administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 21 e 22 do Decreto Municipal nº 4.470/2024, nos seguintes casos:

**24.4.1.** Por iniciativa do Município quando a Detentora do registro:

**a)** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**b)** Não assinar a Ata de Registro de Preços e/ou retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**c)** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**d)** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

**24.5.** O cancelamento do Registro de Preços pode ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados por razão de interesse público ou a pedido do Fornecedor.

**24.5.1.** A comunicação do cancelamento do Registro de Preço, nos casos previstos item **23.5**, deve ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou protocolo, juntando-se comprovante nos autos do Registro de Preços;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**24.5.2.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação deve ser feita por publicação em veículo oficial de divulgação, assegurado o prazo recursal de 5 (cinco) dias.

**24.6.** Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o Município fará o devido apostilamento da revisão ou cancelamento do registro, no processo administrativo correspondente.

**25. DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**25.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser revogada pelo Município:

**25.1.1.** Automaticamente;

**25.1.2.** Por decurso de prazo de vigência;

**25.1.3.** Quando não restarem fornecedores registrados;

**25.1.4.** Pelo Município, quando caracterizado o interesse público.

**26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**26.1.** A critério desta Administração a data da licitação poderá ser transferida, ficando ainda reservado o direito de aceitar a proposta, total ou parcialmente, rejeitar todas as propostas, assim como anular ou revogar a licitação, nos moldes no art. 71, da Lei Federal n.14.133/21 e suas alterações, sem que caiba às licitantes direito a qualquer indenização;

**26.1.1.** O Município poderá ainda prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para a sua abertura;

**26.2.** A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou caso tenha sido o vencedor, a anulação do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

**26.3.** É facultado ao Pregoeiro, ou a autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

**26.3.1.** Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro;

**26.4.** As proponentes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

**26.5.** O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;

**26.6.** As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

**26.7.** As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda mediante publicação no Boletim Oficial do Município de Itatiaia;

**26.8.** A participação na presente licitação implica em aceitação, por parte do licitante, de todos os termos e condições deste Edital e seus anexos;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**26.9.** Conforme previsto no art.24 da Lei Federal nº 14.133/2021, o orçamento estimado para a licitação terá caráter **SIGILOSO**;

**26.10.** A despesa decorrente desta licitação correrá à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

**a) Órgão:** 02, **Unidade:** 02.01, **Funcional:** 04.122.0001, **Projeto/Atividade:** 0.001, **Elemento:** 3.3.90.39.00.00.00.1500, **Código Reduzido:** 000493, da Gabinete do Prefeito;

**26.11.** Esclarecimentos adicionais sobre o presente Edital deverão ser solicitados à Diretoria de Licitações, na Praça Mariana Rocha Leão, n.º 20, Centro, Itatiaia/RJ, ou através dos telefones: (24) 3352-1267 ou 3352-6777, ramal 230, ou ainda através do e-mail: [licitacapmi.itatiaia@gmail.com](mailto:licitacapmi.itatiaia@gmail.com);

**26.12.** O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o do Município de Itatiaia, Estado do Rio de Janeiro.

**26.13.** Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- a)** Anexo I. Termo de Referência;
- b)** Anexo II. Modelo de Carta-Proposta;
- c)** Anexo III. Modelo de Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- d)** Anexo IV. Modelo de Declaração para Cumprimento das Condições de Habilitação;
- e)** Anexo V. Modelo de Declaração de que cumpre as exigências de Reserva de Cargo;
- f)** Anexo VI. Modelo de Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos;
- g)** Anexo VII. Declaração de cumprimento ao que dispõe o art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- h)** Anexo VIII. Modelo de Declaração de Visita Técnica;
- i)** Anexo IX. Modelo de Declaração de Desistência da Visita Técnica;
- j)** Anexo X. Minuta da Ata de Registro de Preços.
- k)** Anexo XI. Minuta do Termo de Contrato Administrativo.

Itatiaia, 09 de dezembro de 2024.

---

Diego Gomes Andrade  
Chefe de Gabinete

Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024****TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

**1.1.** O presente termo de referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação com instalação de solução completa de vídeo monitoramento público, manutenção e suporte da solução ofertada pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificado neste termo de referência e em seus anexos, através do sistema de Registro de Preços.

**1.2.** Os serviços de monitoramento serão executados 24 horas por dia, sete dias por semana com manutenção e assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos, com fornecimento de materiais e equipamentos diversos.

**2. DA JUSTIFICATIVA**

**2.1.** O intuito da Chefia de Gabinete é fornecer o maior nível de segurança nas vias e praças públicas, controle de tráfegos, volume de veículos, agilidade de atendimentos e maior segurança para população dentro do Município.

**2.2.** A implantação de um Sistema de Monitoramento de Câmeras visa reforçar a segurança nas operações, um monitoramento contínuo das equipes especializadas através da central de monitoramento, dar maior fluidez ao trânsito, considerando que o equipamento identifica somente os veículos irregulares, retirando de circulação veículos em desacordo com a legislação.

**2.3.** Além disso, o mesmo aperfeiçoará/otimizará as funções de segurança desempenhadas por funcionários municipais, que passarão por treinamento específico para o conhecimento e a utilização adequada do sistema de vídeo, o que favorecerá a realização de suas funções, com atendimento eficaz das necessidades de segurança da comunidade e dos munícipes.

**2.4.** A política de segurança pública orienta-se no sentido da prevenção e enfrentamento da violência em todas as suas raízes sociais e culturais. A segurança pública em nosso país tem sido uma preocupação constante de governantes, juristas, políticos, estudiosos e também da sociedade civil como um todo.

**2.5** Visando a garantia total da solução instalada, este órgão, opta pelo pregão do tipo global com base técnica na operabilidade da solução total proposta, onde, em caso de falha em algum dos complementos que levem a falha na obtenção da imagem de monitoramento, seja ele alimentação elétrica, alimentação de rede, alimentação de dados e outros, apenas um único



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

CNPJ é o responsável pelo pleno funcionamento e correção. Onde em caso de falha de algum dos dispositivos a contratada será totalmente responsável pela solução de tal, conforme abordado anteriormente no Estudo de Viabilidade Técnica.

**3. DESCRIÇÃO E DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS**

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	Registro de Preços para contratação de empresa especializada prestação de serviços de locação com instalação de solução completa de vídeo monitoramento, manutenção e suporte da solução ofertada e serviço de instalação dos equipamentos e ativação elétrica e lógica bem como instalação dos equipamentos, sistemas e serviços. Mão de obra de instalação/desinstalação e treinamento de no mínimo 04 (quatro) profissionais devendo ser ministrado por profissional certificado oficialmente pelo fabricante da solução bem como repasse de toda a tecnologia implantada conforme quantitativos abaixo relacionados período de 12 (doze) meses.		
1.1	Câmeras IP do Tipo Bullet	SERVIÇO /MES	115
1.2	Câmeras do tipo LPR IP	SERVIÇO /MES	14
1.3	Câmeras móvel tipo PTZ área urbana	SERVIÇO /MES	13
1.4	Unidade de armazenamento para gravação e armazenamento de imagens (principal)	SERVIÇO /MES	01
1.5	Switch 24 portas gerenciável pra interligação dos equipamentos na sala de monitoramento	SERVIÇO /MES	01
1.6	Servidor de vídeo para instalação do sistema de gerenciamento	SERVIÇO /MES	01
1.7	Protetor de surto (100~275vac):15ka	SERVIÇO /MES	80





Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

<b>1.8</b>	<b>Switch de mesa gigabit com 5 portas com PoE+</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>80</b>
<b>1.9</b>	<b>Caixa externa em aço para fixação em poste (com acessório de fixação)</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>80</b>
<b>1.10</b>	<b>Gerenciador de video wall</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>01</b>
<b>1.11</b>	<b>Sala de monitoramento equipada</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>01</b>
<b>1.12</b>	<b>Software vms de gestão</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>01</b>
<b>1.13</b>	<b>Postes de metal para instalação dos equipamentos</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>80</b>
<b>1.14</b>	<b>Adequação física da sala onde serão instalados os equipamentos (central de monitoramento)</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>01</b>

**3.1. DOS EQUIPAMENTOS****3.1.1. Câmeras IP do Tipo Bullet - 115 unidades**

- Possuir sensor de imagem 1/2.8" 2 MP com progressive CMOS;
- Possuir obturador eletrônico Automático / Manual (1/3s ~ 1/100000s);
- Relação sinal-ruído >50 dB;
- Possuir sensibilidade 0.002 Lux/F1.6 (Colorido, 1/3s), 0.012 Lux/F1.6 (Colorido, 1/30s), 0 Lux/F1.6 (IR ligado);
- Possuir tipo de lente fixa;
- Permitir distância focal de até 2,8 mm;
- Possuir abertura máxima de F1.6;
- Possuir ângulo de visão sendo: Horizontal: 106° e Vertical: 57°;
- Possuir comprimento de onda LED IR 850 nm;
- Possuir distância máxima do infravermelho 80 metros;
- Possuir sistema DORI sendo: Detectar 39 m, observar 15 m, reconhecer 8 m, identificar 4 m;
- Possuir detecção de face;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- Permitir contagem de pessoas em entradas e saídas e quantidade de pessoas na área;
- Possuir detecção de movimento inteligente para humanos e veículos;
- Permitir Inteligência perimetral com linha virtual, cerca virtual (classificação de humanos e veículos), objeto abandonado, movimento rápido, estacionamento proibido, aglomeração, objeto retirado e detecção de ronda;
- Permitir mapa de Calor com retenção de relatório de até 1 semana;
- Permitir detecção de movimento em até 4 áreas;
- Permitir criação de região de interesse em até 4 áreas;
- Possuir máscara de vídeo de até 16 áreas;
- Permitir mudança de cena;
- Compressão de vídeo H.265/ H.264/H.264H/H.264B/MJPEG;
- Compressão de vídeo inteligente Sim (H.265+);
- Quantidade de streams suportados: 3 streams;
- Possuir resoluções 1080p (1920×1080) / 1.3M(1280×960) / 720p (1280×720) / D1(704×480) / CIF (352×240) / VGA (640×480);
- Taxa de frames suportados: Stream principal: 1 a 30 FPS Stream extra: 1 a 30 FPS Stream extra 2: 1 a 7 FPS;
- Permitir controle de taxa de bits CBR / VBR;
- Possuir taxa de bits MJPEG: 40 kbps a 6144 kbps, H.264: 32kbps a 8192 kbps H.265: 19kbps a 8162 kbps;
- Possuir modos de vídeo Automático / Colorido / Preto e Branco;
- Perfil Dia e Noite Agendamento, Dia e Noite;
- Compensação de luz de fundo BLC / WDR (120 dB) / HLC;
- Balanço do branco Automático/ Natural/ Externo/ Exterior/ Manual/ Personalizado;
- Função espelho Sim;
- Permitir rotação de imagem 0°/90°/180°/270°;
- Interface de áudio 1 entrada e 1 saída;
- Compressão G.711a / G.711Mu / AAC / G.726 / G.723;
- Interface 1 UTP RJ-45 (10/100Base-T);
- Protocolos suportados 802.1x/ ARP/ Bonjour/ DDNS/ DHCP/ DNS/ FTP/SFTP/ HTTP/ HTTPS/ ICMP/ IGMP/ IPv4/ IPv6/ Multicast/ NTP/ Onvif (S, T e G)/ PPPoE/ QoS/ RTCP/ RTMP/ RTP/ RTSP/ SMTP (v1, v2 e v3)/ TCP/ UDP/ UPnP;
- Serviço DDNS DDNS No-IP®, DynDNS;
- Máximo acesso de usuários 20 usuários;
- Throughput Máx 64 Mbps;
- Armazenamento Cartão micro-SD de até 256 GB (vendido separadamente) FTP e SFTP;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- Navegadores suportados Internet Explorer, Chrome e Firefox nas versões mais atualizadas;
- Aplicações e monitoramento Interface Web Defense IA/ ISIC LITE;
- Alarme 2 entradas (5mA 5Vdc) /1 saída (300mA 12Vdc), Tempo Pós-gravação/Pós-Alarme (3~300 segundos);
- Alimentação 12 Vdc / 1000mA ou PoE 802.3af;
- Proteção contra surto elétrico 15 kV;
- Consumo <7W;
- Temperatura de operação -30 °C ~ +60 °C / umidade < 95%;
- Possuir nível de proteção IP67;
- Possuir case em metal;
- Possuir certificados UL, FCC e CE;
- Para a instalação técnica, a PROPONENTE deverá fornecer os insumos necessários para o pleno funcionamento do equipamento;

**3.1.2. Câmeras do tipo LPR IP - 14 unidades**

- Permitir leitura Automática de Placas;
- Possuir sensor de no mínimo 4MP;
- Permitir identifica Cor e Marca de Veículos;
- Permitir gera Relatórios;
- Possuir Entrada e Saída de Alarme;
- Sensor de imagem: 1/1.8" 4 megapixels CMOS;
- Pixels efetivos (H x V): 2688 x 1520;
- Sistema de varredura: Progressivo;
- Obturador eletrônico (tempo de exposição): Automático e Manual;
- Velocidade do obturador: 1/50s ~1/100000s;
- Sensibilidade: 0.001 lux (Colorido), 0.0001 lux (Preto e Branco), 0 lux (IR ligado);
- Relação sinal ruído: >56 dB;
- Tipo de lente: Varifocal motorizada;
- Distância focal: 10 ~ 50 mm;
- Controle do foco: Manual;
- Zoom óptico: 5x;
- Distância máxima do infravermelho: 30 metros;
- Quantidade de LEDs: 4;
- IR Inteligente: Sim;
- Ângulo de visão: Horizontal: 9.4°–40.8, Vertical: 5.4°–22.9°, Diagonal: 10.7°–46.9°;
- Leitura Automática de Placas (LPR): Sim, até 2 pistas;
- Velocidade de leitura: 0 - 120 km/h;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- Taxa de captura de placa Dia: Superior a 95%;
- Noite: Superior a 90%;
- Taxa de leitura correta de placa Dia: Superior a 95%, quando velocidade inferior a 120 km/h;
- Noite: Superior a 90%;
- Modo de Detecção: Vídeo;
- Suporte ao padrão de placa Mercosul: Sim;
- Suporte à captura de placa de motocicleta: Sim;
- Informações armazenadas: Horário, data, pista, placa, velocidade (estimativa), cor, marca, nome do dispositivo e tipo
- do veículo
- Detecção de violações de trânsito: motociclista sem capacete, veículo com alta velocidade, veículo com baixa velocidade, alteração de faixa em local proibido e veículo na direção contrária, detecção de congestionamento e veículo parado na rodovia.
- Compressão de vídeo: H.265; H.264M; H.264H; MJPEG;
- Quantidade de streams: 2 streams;
- Resoluções: 4M (2688 × 1520)/1080P (1920 × 1080)/UXGA (1600 × 1200)/720P (1280 × 720)/D1 (704 × 576)/CIF (352 × 288);
- Taxa de frames: Até 25 fps;
- Controle de taxa de bits: CBR / VBR;
- Troca automática do filtro (ICR): Sim;
- Modo Dia/Noite: Automático / Colorido / Preto e Branco;
- Balanço do branco: Automático / Ambiente externo / Manual / Luz natural / Iluminação pública;
- Controle de ganho: Manual;
- Controle de brilho: Manual;
- Redução de ruído: 3DNR;
- Compensação de luz de fundo: BLC / WDR (140 dB) / HLC;
- Interface: 1 RJ-45 (10/100/1000Base-T);
- Protocolos: IPv4, IPv6, HTTP, HTTPS, FTP, DHCP, NTP, TCP/IP, UDP, RTSP, ICMP, DNS, IGMP, RTP, QOS;
- Gerenciamento: Interface Web;
- Configuração de nível de acesso: Acesso através de senha com diferentes níveis de permissão;
- Armazenamento: Cartão micro-SD de até 256 GB (vendido separadamente), FTP;
- Navegadores Suportados: IE®, Chrome®, Firefox®;
- Acesso via Smartphone: IOS, Android®;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- Alarme: 3 entradas de alarme, 2 saídas de alarme (1 saída para relé e 1 para optoacoplador);
- RS232: 2;
- RS485: 2;
- Áudio: 1 entrada e 1 saída;
- Formato do vídeo: NTSC;
- Alimentação: 12V DC, 36V DC, PoE;
- Consumo: <13 W;
- Temperatura de operação: -40 °C ~ +65 °C / umidade < 90%;
- Nível de proteção: IP67;
- Possuir Certificação CE, FCC, UL;
- Para a instalação técnica, a PROPONENTE deverá fornecer os insumos necessários para o pleno funcionamento dos equipamentos;

**3.1.3. Câmeras móvel tipo PTZ área urbana - 13 unidades**

- Possuir Zoom óptico de 25X;
- Possuir Inteligência Artificial embarcada;
- Possuir Tecnologia Starlight;
- Possuir Resolução 2 megapixels (1080p);
- Possuir Índice de proteção IP67 e IK10;
- Permitir Alimentação PoE Ativo (IEEE 802.3at);
- Possuir Foco dinâmico automático;
- Possuir» Autotracking;
- Possuir Alcance de IR de 150m;
- Sensor de imagem: 1/2.8" 2Megapixel STARVIS™ CMOS;
- Pixel: 2MP;
- Pixels efetivos: 1920 (H) × 1080 (V);
- Obturador eletrônico: Automático e Manual: 1/3s ~ 1/30000s;
- Iluminação mínima: 0,005 lux/F1.6 (Colorido), 0,0005 lux/F1.6 (Preto e Branco) e 0 lux (IR ligado);
- Alcance de IR: 150m;
- Controle do IR: Prioridade Zoom/ Automático/ Desabilitado/ Manual;
- LED: 4 unidades;
- Distância focal: 5.4 mm – 135 mm;
- Abertura máxima: F1.6 – F3.5;
- Ângulo de visão: H: 58.7° - 3.1° V:33.2°–1.7°;
- DORI: Detectar 1655 m, Observar 657 m, Reconhecer 331 m, Identificar 166 m;
- Zoom óptico: 25x;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- Controle do foco: Automático/ Semiautomático/ Manual;
- Controle da Íris: Automático/ Manual;
- Foco dinâmico automático (PFA): Sim;
- Alcance do Pan/Tilt: Pan: 0°–360°, Tilt: -15°–+90°, autoflip: 180°;
- Controle manual de velocidade: Pan: 0.1°/s–300°/s, Tilt: 0.1°/s–200°/s;
- Velocidade do preset: Pan: 400°/s; Tilt: 300°/s;
- Presets: 300;
- Modo PTZ: 5 Patrulhas; 8 Tours; 5 Auto Scan; Auto Pan;
- Detecção de face: Sim (com metadados);
- Inteligência perimetral: Linha virtual, cerca virtual (até 10 regras por preset);
- Abandono/Retirada de objetos: até 10 regras por preset;
- Mapa de Calor: Relatório de até 1 semana;
- Autotracking (rastreamento automático): Sim;
- Detecção de Movimento Inteligente (SMD): Sim (pessoas/carros);
- Detecção de movimento: Até 4 áreas;
- Área de interesse: Até 8 áreas;
- Máscara de privacidade: Sim (24 áreas, até 8 na mesma cena);
- Mudança de cena: Sim;
- Quantidade de streams: 3;
- Compressão de vídeo: H.264/ H.264B/ H.264H/ H.265/ MJPEG 2;
- Compressão Inteligente: Sim;
- Resolução de imagem 2MP (1920x1080) / 16:9, 1.3MP (1280x960) / 4:3, 1MP (1280x720) / 16:9, D1 (704x480) / 22:15, CIF (352x240) / 22:15;
- Taxa de frames: Stream Principal: 2MP/1.3MP/ 1MP (1~60 fps), Stream Extra 1: D1/CIF (1~30 fps), Stream Extra 2: 2MP/1.3MP/ 1MP (1~30 fps);
- Tipo de Taxa de Bit: Constante / Variável;
- Taxa de bit: H.264: 3 kbps a 20480 kbps, H.265: 3 kbps a 20480 kbps, MJPEG: 3 kbps a 20480 Kbps;
- Dia / Noite: Automático (ICR) / Colorido/ Preto e Branco;
- Compensação de luz de fundo: BLC, HLC, WDR (120dB);
- Balanço de Branco: Automático / Interno / Exterior/ ATW/ Manual/ Lâmpada Sódio / Natural/Externo automático;
- Controle de Ganho (AGC): Automático / Manual;
- Redução de ruído: 2D/ 3D;
- Estabilização de imagem: Sim;
- Defog: Sim;
- Zoom Digital: 16x;
- Rotação de imagem: 180°;





Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- Compressão: PCM; G.711a; G.711Mu; G.726; AAC; MPEG2-Layer2; G722.1; G729; G723;
- Entrada de Áudio: 1;
- Saída de Áudio: 1;
- Interface: RJ45 (10/100BASE-T);
- Throughput Máximo: 64 Mbps;
- Armazenamento de vídeo: Cartão micro-SD de até 256 GB (vendido separadamente);
- Protocolos e serviços suportados: IPv4; IPv6; HTTP; HTTPS; Qos; FTP; SMTP; UPnP; DNS; DDNS; NTP; RTSP; RTP; TCP; UDP; IGMP; ICMP; DHCP; PPPoE; ARP; SNMP v1/v2c/v3 (MIB-2); RTCP; RTMP; Bonjour; Onvif; Intelbras1; Intelbras Cloud; IEEE 802.1x;
- Onvif: Perfil S, T e G;
- Serviços DDNS: Intelbras DDNS, DDNS No-IP®, DynDNS®;
- Método de transmissão: Unicast / Multicast;
- Configuração de nível de acesso: Acesso a múltiplos usuários (máximo de 20) com proteção por senha;
- Navegador: Internet Explorer, Google Chrome e Firefox;
- Aplicações e monitoramento: Interface Web, Intelbras SIM Next, Intelbras IP Utility, ISIC e Defense IA;
- Ajuste de imagem: Brilho/ Contraste/ Saturação/ Nitidez/ Gama;
- Idiomas do menu OSD: Português, Inglês e Espanhol;
- Saída de vídeo: Conector RJ – 45 Ethernet (8P8C);
- Entrada de Alarme: 2;
- Saída de Alarme: 1;
- Consumo máximo de potência: 8 W e 20 W (IR ligado);
- Alimentação: DC/AC 24V/3A, Poe Ativo (802.3at);
- Proteção anti-surto: 15 kV (vídeo e alimentação);
- Tipo case/material: Metal (gabinete) e plástico (proteção interna);
- Grau de proteção: IP67 e IK10;
- Local de instalação: Interno e externo;
- Certificações: FCC Part15 subpartB, ANSI C63.4-2014, CE EN55032/EN55024/EN50130-4, UL UL60950-1+CAN/CSA C22.2, No.60950-1;
- Para a instalação técnica, a PROPONENTE deverá fornecer os insumos necessários para o pleno funcionamento dos equipamentos;

**3.1.4. Unidade de armazenamento para gravação e armazenamento de imagens (principal) - 01 unidade**



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- A unidade de armazenamento deverá possuir armazenamento apropriado para gravação de imagens e vídeos;
- Deve possuir conexão JBOD através de placas HBA ao servidor de gerência para armazenar as imagens capturadas pelo sistema;
  - Obs.: Como existem vários sistemas distintos no mercado e cada um conta com necessidades distintas de processamento, a PROPONENTE deverá fornecer uma especificação que atenda plenamente as necessidades do projeto prevendo ainda margem de crescimento;
- Possibilitar ao menos 24 slots para discos SAS de 12gbps, 3,5" e 7200RMP para instalação de discos de armazenamento de até 16TB cada;
- Possibilitar a configuração de performance para até 400 canais de imagem de, no mínimo, 2Mbps;
- Permitir a gravação contínua, manual ou gravação por alarme do sistema proposto;
- O armazenamento deve ser fornecido com capacidade para armazenar as imagens de todas as câmeras previstas no projeto por no mínimo 30 (trinta) dias, considerando gravação contínua, com resolução de 1080P a 30FPS;
- Possuir alimentação redundante;
- Deve operar com temperaturas de 0° até 35°C;
- Deve possuir ao menos 3 interfaces mini SAS HD;
- Possuir estrutura 19" para instalação em rack de TI, não ultrapassando ocupação de 4U;
- Deve possuir fontes de alimentação redundantes 1+1 com no mínimo 550w de 100~240Vac;
- Para a instalação técnica a PROPONENTE deverá fornecer os insumos necessários para o pleno funcionamento do equipamento;

**3.1.5. Switch 24 portas gerenciável pra interligação dos equipamentos na sala de monitoramento - 01 unidade**

- Permitir padrões e protocolos ieee 802.3i, ieee 802.3u, ieee 802.3ab, ieee 802.3x;
- Possuir 24 interfaces / portas rj45 10/100/1000 mbps (auto negociação/auto mdi/mdix);
- Permitir mídias de rede 10base-t: utp categoria 3, 4, 5 cabo (máximo 100m) 100base-tx/1000base-t: utp categoria 5, 5e ou anterior cabo (máximo 100m);
- Possuir fonte de alimentação 100-240vac, 50/60hz automático;
- Possuir dimensões para instalação em rack 19" com 1U de altura;
- Possuir consumo máximo de energia: 32.29w(220v/50hz);
- Possuir dissipação de calor;
- Permitir capacidade de comutação de 96gbps;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- Possuir taxa de encaminhamento de pacotes de 71.4mpps;
- Possuir buffer de memória de 12mb;
- Permitir jumbo frame de 12kb;
- Permitir método de transferência store-and-forward;
- Possuir certificação fcc, ce, rohs;
- Permitir temperatura de operação de 0 ~ 40°C;
- Permitir funcionamento com umidade de operação de 10% ~ 90% sem condensação;

**3.1.6. Servidor de vídeo para instalação do sistema de gerenciamento - 01 unidade**

- O equipamento deverá ser apropriado para a instalação do software de gerenciamento e captura de imagens e vídeos (Software VMS de Gestão de Imagens) proposto;
- Deve possuir processador de 64-bit da linha Intel Xeon ou AMD Epyc com especificações apropriadas para o funcionamento pleno do sistema proposto e que esteja em linha de produção, garantindo assim suporte e continuidade do fabricante pelo período contratual;
  - Obs.: Como existem vários sistemas distintos no mercado e cada um conta com necessidades distintas de processamento, a PROPONENTE deverá fornecer uma especificação que atenda plenamente as necessidades do projeto prevendo ainda margem de crescimento;
- Placa mãe com capacidade para no mínimo 2 processadores;
- Cada processador deverá possuir no mínimo 32 núcleos com no mínimo 128mb de cache e operar a no mínimo 2.35GHz;
- 64 GB de RAM DDR4 3200MT/s ECC RDIMM sendo 8 módulos de 8gb cada;
- SSD interno NVMe M.2 de no mínimo 256GB para sistema operacional (Boot Disk);
- Deverá possuir 3 fontes redundantes de no mínimo 800w com entrada 100 até 240 VAc e 50/60Hz;
- Deve possuir conexão JBOD através de placas HBA ao servidor de gerência para armazenar as imagens capturadas pelo sistema;
  - Obs.: Como existem vários sistemas distintos no mercado e cada um conta com necessidades distintas de processamento, a PROPONENTE deverá fornecer uma especificação que atenda plenamente as necessidades do projeto prevendo ainda margem de crescimento;
- Possibilitar ao menos 24 slots para discos SAS de 12gbps, 3,5" e 7200RMP para instalação de discos de armazenamento de até 16TB cada;
- Deverá possuir um slot OCP 2.0 (mezzanine card) PCIe x16 para placa de rede (NIC) com placa de interface de rede com 2 portas SFP28 25Gbit/s, 1 porta QSFP28 50Gbit/s ou 1 porta QSFP28 100Gbit/s;
- O servidor deve ser fornecido com capacidade para gerenciar as imagens de todas as câmeras do sistema armazenadas nos storages, por no mínimo 30 (trinta) dias, considerando gravação contínua, com resolução de 1080P @ 30FPS;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- O servidor deverá processar as imagens de todas as câmeras do sistema. Caso a solução proposta exija servidor diferente deste, é responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento do equipamento com especificação adequada a solução. O servidor deverá ter suporte para processar até 200 câmeras ou 400Mbps;
- Caso a solução proposta exija configuração superior à que está sendo exigida. É de responsabilidade da PROPONENTE, o fornecimento de hardware adequado ao projeto;

**3.1.7. Protetor de surto (100~275vac):15ka - 80 unidades**

- Deve atender a norma técnica IEC 61643-1 2007;
- No de Polos: 1;
- Possuir grau de proteção IP20;
- Tensão nominal de funcionamento até 220Vac;
- Tensão de Operação Uc 275Vac;
- Nível de Proteção de Tensão – Up: <1kV;
- Possuir Indicações de Operações;
- Corrente Nominal de Descarga (8/20us) – In: 7kA;
- Corrente Máxima de Descarga (8/20us) – Imax: 15kA;
- Tempo de Resposta – Ta: <25ns;
- Conectores p/ Cabos até 50mm<sup>2</sup>;
- Temperatura de Aplicação entre -40° ~+80°C;

**3.1.8. Switch de mesa gigabit com 5 portas com PoE+ - 80 unidades**

- Deve atender aos padrões e protocolos IEEE 802.3i, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3af, IEEE 802.3x, IEEE 802.1q, IEEE 802.1p, IEEE 802.3at;
- Possuir 5 portas RJ45 10/100/1000Mbps com AUTO Negociação/AUTO MDI/MDIX;
- Mídia de Rede compatível com 10BASE-T: cabo UTP categoria 3, 4, 5 (máximo 100m), EIA/TIA-568 100Ω STP (máximo 100m), 100BASE-TX: cabo UTP categoria 5, 5e (máximo 100m), EIA/TIA-568 100Ω STP (máximo 100m), 1000BASE-T: cabo UTP categoria 5, 5e, 6 ou superior (máximo 100m), EIA/TIA-568 100Ω STP (máximo 100m)
- Fonte de alimentação por adaptador de energia externo (saída: 53.5 VCC/1.3 A);
- Possuir portas PoE (RJ45) compatível com 802.3 af/at;
- Portas PoE: Porta 1- Porta 4;
- Capacidade de energia PoE: 65 W;
- Possuir capacidade de Comutação de até 10 Gbps;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- Taxa de Encaminhamento de Pacotes de até 7.44 Mpps;
- Tabela de Endereços MAC 2 K;
- Memória de Buffer de Pacote 1.5 Mb;
- Jumbo Frame até 16 KB;
- Suportar QoS prioridade baseada em porta/802.1p/DSCP, suporta 4 filas de prioridade, Taxa limite e Storm Control;
- Possuir Características L2 como: IGMP Snooping V1/V2/V3, Agregação de Link Estático, Espelhamento de portas, Diagnóstico de cabos, Prevenção de loop, Recuperação automática de PoE e Modo Estender;
- Deve suportar até 32 VLANs simultaneamente (de 4K VLAN IDs) e MTU/Porta/Tag VLAN;
- Possuir gerenciamento GUI baseada na Web;
- Possuir certificação FCC, CE, RoHS;

**3.1.9. Caixa externa em aço para fixação em poste (com acessório de fixação) - 80 unidades**

- Caixa com medidas mínimas de 50x40x25;
- Fechamento hermético;
- Quadro de comando de sobrepor;
- Deve ser fabricado em aço carbono;
- Possuir tratamento anti corrosivo;
- Deve possuir pintura eletrostática a pó;
- Possuir placa de montagem removível na cor laranja;
- Deve possuir ponto de aterramento na caixa e porta;
- Deve possuir dobradiças invioláveis com pino zincado;
- Deve possuir perfil auto adesivo em eva para vedação;
- Possuir fecho lingueta com miolo fenda em metal;
- Deve possuir grau de proteção ip-54;
- Dever acontecer com os seguintes equipamentos:
  - Deverá ter tomada de sobrepor 10A;
  - Regua de tomadas com 5 tomadas;
  - Fonte nobreak para os equipamentos;
  -

**3.1.10. Gerenciador de video wall - 01 unidade**



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- Possuir capacidade de decodificação para até 32 MP;
- Possuir entradas HDMI e DVI-I (2 canais cada), Saída HDMI (6 canais);
- Permitir decodificação de vídeo H.265, H.264, MJPEG, MPEG4, MPEG2;
- Suportar exibição em tela dividida em 1/4/9/16/25/36 canais, e divisão livre (máximo de 36 canais);
- Possuir interfaces de alarme, comunicação bidirecional e RS485;
- Possuir capacidade de controle para zoom / junção / tour / sobreposição / divisão das janelas dos canais;
- Possuir processador x86 de no mínimo 4 núcleos;
- Capacidade para até 2 processadores;
- Possuir no mínimo 4GB de DDR RAM por processador com 1,6 GHz de frequência de processamento;
- Formato de vídeo: H.265, H.264, MPEG4, MPEG2, MJPEG, SVAC;
- Formato de áudio: PCM, G711, AAC;
- Capacidade de decodificação total: 2 canais em 32MP (25fps), 6 canais em 12MP (15fps), 8 canais em 4K (8MP), 32 canais em 1080p, 72 canais em 720P, 128 canais em D1;
- Resoluções de decodificação: 32MP, 12 MP, 8 MP, 6 MP, 5 MP, 4 MP, 3 MP, 1080p, 720p, 960H, D1, HD1, 2CIF, CIF, QCIF;
- Entradas de vídeo: 2 portas HDMI e 2 portas DVI-I;
- Saídas de vídeo: 6 portas HDMI;
- Número máximo de canais visualizados simultaneamente: 128 canais (em resolução D1);
- Número máximo de dispositivos de rede adicionados: 1024 dispositivos;
- Interface de comunicação: 2 portas RJ45 (10/100/1000 Mbps), 3 portas RS232 (1 DB9, 2 RJ45), 1 porta RS485;
- Áudio: Via cabo HDMI;
- Possuir Alarmes: Entrada: 4 canais, Saída: 4 relés (30 V DC, 1 A / 125 V AC, 0.5 A);
- Consumo (padrão): ≤70W;
- Fonte de alimentação: 100V ~ 240V AC, 50/60 Hz;
- Temperatura de operação: -10°C a 55°C;
- Umidade relativa de operação: 10% a 95%;

**3.1.11. Sala de monitoramento equipada – 01 unidade**

Detalhamento da SALA DE MONITORAMENTO:





Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

A CONTRATADA devera montar e Instalar uma sala de monitoramento com no mínimo os seguintes componentes:

- 8 (oito) Monitores de vídeo/TV com 55" - Acabamento preto resolução Ultra HD 4K, 4 entradas HDMI, Wi-Fi: integrado, consumo máximo de 180W, possuir padrão VESA, fornecido instalado;
- 01 (um) estação Desktop/servidor para gerenciamento integrado dos 8 monitores, funcionando como vídeowall com processador de no mínimo 6 núcleos e 12 threads, Clock base de no mínimo 3 2GMz. 12mb de cache L3 TDP Padrão de 65w. 16 GB de RAM DDR4 2666MhMz em Dual Chanel, placa de vídeo com processador de no mínimo 1300MHz, com no mínimo 1900 unidades de processamento, memória de no mínimo 6GB GDDR6 de no mínimo 192bits de largura de interface, 1 SSD 240gb com o sistema operacional e demais softwares instalados e 1 HD interno de TB para armazenar os dados, fonte de no mínimo 500w real com certificação 80plus Bronze, possuir placa de rede LAN com 02 portas Gigabit Ethernet, devendo suportar a visualização simultânea de 75 câmeras considerando 350Kbps por câmera.
- 01 (um) Rack vertical padrão 19" suficiente para reserva acomodação dos equipamentos com 30% de reserva técnica.

A CONTRATADA deverá fornecer 3 (três) estações de trabalho para o operador de vídeo com as seguintes especificações:

- 2 (Dois) monitores de vídeo 21" ou superior.
- 1 (Um) Estação de trabalho tipo desktop com processador de no mínimo 4 núcleos e 8 threads, Clock base de no mínimo 3.1GHz, 8mb de cache L3, TDP Padrão de 80 W ou inferior, 16 GB de RAM DDR4 2666MHz em Dual Chanel, placa de vídeo com processador de no mínimo 1600MHz, com no mínimo memória 8GB GDDR5 de mínimo 192bits de largura de interface, 1 SSD de no mínimo 250gb para instalação do sistema operacional e sistemas, 1 HD interno de 1TB para armazenar os dados, fonte de no mínimo 400w real com certificação 80plus Bronze, possuir placa de com 1 portas Gigabit Ethemet.
- 1 (Um) conjunto teclado e mouse óptico.
- 1 (Um) Nobreak 2KVvA
- 1 (uma) Licença Cliente do software de monitoramento.
- A Estação de trabalho deverá suportar a visualização simultânea de 60 (sessenta) câmeras, considerando bit rate de 350Kbps por câmera.

A CONTRATADA deverá fornecer 3 (três) Mobiliários técnicos, referência Ellan ou similar com suporte para 2 monitores do mesmo fabricante da mesa. Mesa Medindo 1000mm x 800mm além de 4 (quatro) cadeiras do tipo Diretor;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

A CONTRATADA deverá fornecer 2 (dois) Aparelho de ar condicionado tipo Split Dual Inverter, de no mínimo 18.000btus.

**3.1.12. Software VMS de gestão**

- Permitir acessar ao Servidor de Gerenciamento do Sistema de Vigilância (VSS) através do endereço IP e nome do domínio;
- Permitir adição de câmeras de diversos fabricantes através do protocolo padrão ONVIF™;
- Permitir gestão dos dispositivos IP adicionados;
- Múltiplos dispositivos poderão ser adicionados: Câmeras IP, NVRs, Decoders, Controle de acesso, pontos de acesso, Catracas, Terminais de Reconhecimento facial, Servidores de reconhecimento facial, etc.;
- Possuir os métodos abaixo para adição dos dispositivos ao Sistema:
  - Por detecção de dispositivos online na mesma subnet do Servidor de Gerenciamento do Sistema de Vigilância (VSS) ou PC atual;
  - Por especificação do endereço IP ou nome de domínio;
  - Por especificação do segmento de IP;
  - Por especificação do segmento de porta;
- Permitir o gerenciamento dos recursos (câmeras, entrada de alarmes, saídas de alarmes, pontos de acesso, controle de acesso) por áreas;
- O Sistema ainda deverá ser capaz de receber de forma nativa, análises de temperatura corporal a partir de câmeras termográficas, permitindo o reconhecimento de rosto e simultaneamente capaz de informar a temperatura da testa da face reconhecida e o uso ou não de máscara do mesmo. Deverá incluir, no mínimo:
  - Medição de temperatura da face detectada;
  - Detecção facial;
  - Detecção de uso de máscara;
  - Alarme sobre a não utilização de máscara;
  - Alerta de temperatura detectada acima da configurada;
  - Reconhecimento facial, mesmo usando máscara, com um banco de dados de faces em listas distintas de controle;
  - Relatórios de estatísticas diárias;
  - Deverá possuir uma fusão de imagem de espectro duplo vista de fusão da imagem termográfica e detalhes sobrepostos do canal óptico;
  - Deverá ter a capacidade de trabalhar imagem em Imagem combina detalhes de imagem termográfica e óptica PIP e sobreposição de imagem termográfica na imagem óptica;
- Permitir a configuração de gravação:
  - Dois métodos de armazenamento dos arquivos de vídeo:
    - Dispositivos de codificação: NVR / câmeras IP (através de cartão de memória SD);
    - Servidor de Gravação: Storage Hybrid SAN;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- Tipos de gravação: Contínua, ativado por eventos, ativado por comando manual;
- Ajuste da agenda de gravação: Contínua Todos os dias, por eventos todos os dias, agenda customizada;
- Permitir o Armazenamento de Imagens:
  - Armazenando imagens carregadas pelos dispositivos através de eventos de alarmes, faces capturadas, placas reconhecidas, no disco rígido do Servidor de Gerenciamento do Sistema de Vigilância (VSS) e Storage Hybrid SAN;
  - Armazenamento de imagens carregadas pelo usuário, como mapas estáticos e faces para lista de pessoas, deverão ser armazenadas no disco rígido do Servidor de Gerenciamento do Sistema de Vigilância (VSS);
- Permitir edição dos parâmetros dos pontos de acesso:
  - Edição das informações básicas;
  - Contato da porta: Normalmente Aberto / Normalmente Fechado;
  - Tipo do Botão de Saída: Normalmente Aberto / Normalmente Fechado;
  - Duração quando aberto;
  - Alarme de Tempo excedido da porta aberta;
  - Código de Coação;
  - Super senha;
  - Código de descarte;
  - Agenda de livre acesso;
  - Configuração de vínculo de câmeras para visualização do vídeo na aplicação de Controle do Cliente;
  - Edição dos ajustes de aplicação;
  - Anti-passback;
  - Abertura de porta com o primeiro Cartão;
  - Edição dos ajustes de hardware;
  - Ajuste do modo de acesso do leitor de cartão;
  - Ajuste do intervalo mínimo da passagem do cartão;
  - Habilitar alarme de falha na tentativa de passagem do cartão;
  - Habilitar alarme de adulteração;
- Permitir agrupar zonas em diferentes partições de controle de segurança:
  - Importar entradas de alarmes adicionados em diferentes partições de controle de segurança de acordo com a relação entre as zonas e as partições configuradas no dispositivo;
  - Defina a programação de defesa para definir quando e como armar as entradas de alarme;
- Permitir configuração de Eventos & Alarmes:
  - Configuração dos eventos monitorados pelo Sistema para os recursos adicionados ao sistema;
  - Eventos da Câmera: Detecção Movimento, Perda de Vídeo, Cruzamentos de Linha, Intrusão, e demais vídeo analíticos presentes na câmera;
  - Eventos de pontos de acesso: Evento de acesso, evento de status da porta, etc;
  - Eventos de Entrada de alarme dos dispositivos (incluindo zonas);
  - Eventos de Reconhecimento Facial (Faces reconhecidas ou não reconhecidas);



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- Eventos de Reconhecimento de placas dos veículos (Placas reconhecidas ou não reconhecidas);
- Alarmes de Exceções de dispositivo: Dispositivo off line, Disco de Armazenamento Cheio, Erro de leitura/escrita no Disco de armazenamento, etc. (incluindo dispositivos de codificação, controle de acesso e dispositivos de segurança);
- Alarmes de Exceções de Servidores: Alta temperatura na Placa Mãe, Erro de Disco, perda de disco, etc (para o Servidor VSS);
- Eventos de autenticação do usuário: Log in ou Log out;
- Ajuste de ações de vínculo como iniciar gravação, criação de etiquetas de marcação, captura de imagens, associar pontos de acesso, ativar saídas de alarmes, ações em câmeras PTZ, envio de e-mail;
- Envio de e-mail para notificação dos usuários no caso de acionamento de eventos ou alarmes;
- Acionamento de eventos e alarmes para ativação de notificações através de janela de pop up, exibição de câmeras relacionadas, aviso sonoro, exibição no mapa;
- Ajuste da agenda de acionamento dos alarmes e eventos: Modelo todos os dias, Modelo final de semana, Modelo Dias da Semana, Modelo Personalizado;
- Ajuste da prioridade dos eventos e alarmes: Alto, Médio, Baixo, personalizado;
- Ajustar a categoria do status do alarme ou evento: Verdadeiro, Falso, a ser confirmado, a ser verificado;
- Permitir o Gerenciamento dos Mapas:
  - Vincular o mapa à área;
  - Busca de localidades no mapa GIS;
  - Adicionar / Editar / Apagar regiões quentes no Mapa;
  - Adicionar / Editar / Apagar regiões de pontos de acesso no mapa;
  - Adicionar / Editar / Apagar pontos de acesso (câmeras, entrada de alarme, saída de alarme, portas) no mapa;
  - Adicionar etiquetas com descrições no mapa;
- Permitir Gerenciamento dos Veículos cadastrados:
  - Adicionar informações do veículo manualmente;
  - Importar informação de veículo de acordo com um modelo pré-definido;
  - Ajustar um período efetivo para os veículos adicionados;
- Permitir Gerenciamento de Pessoas:
  - Adição das informações das pessoas uma a uma;
  - Importação das informações de múltiplas pessoas em lote;
  - Importação das faces das pessoas em lote;
  - Formato do arquivo das faces: BMP, JPEG e PNG;
  - Habilitar a pessoa com face cadastrada para acesso a dispositivos de acesso via reconhecimento facial;
- Permitir o Gerenciamento de controle de acesso:
  - Agrupar Pessoas com o mesmo nível de permissão de acesso ao Grupo de Acesso;
  - Agrupar pontos de acesso aos níveis de acesso e ajustar a agenda para definição dos períodos de acesso autorizado;
  - Associar o nível de acesso ao grupo de acesso;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- Aplicar manualmente ou regulamente os grupos de acesso para o dispositivo de acesso;
- Configurar a agenda de controle de acesso incluindo agenda semanal e feriados;
- Permitir o Gerenciamento do Controle de Frequência:
  - Agrupar pessoas aos Grupos de Frequência;
  - Adicionar / Apagar horário de turnos;
  - Associar os turnos ao Grupo de Frequência;
  - Adicionar / Apagar os pontos de controle de acesso;
  - Buscar por registros de frequência;
  - Correção de registro de frequência de uma pessoa ou múltiplas pessoas;
- Permitir Gerenciamento do Grupo de Comparações de Faces:
  - Agrupar as pessoas ao grupo de comparações de faces;
  - Ajuste do limite mínimo de similaridade quando adicionado o grupo de comparação de faces;
  - Aplicar o Grupo de Comparação de Faces ao dispositivo (ou canal) de reconhecimento facial;
- Gerenciamento de Regras e Usuários:
  - O usuário administrador (admin) deverá possuir o poder de resetar senha dos demais usuários;
  - Adicionar / Editar / Apagar usuários e regras;
  - Regras podem ser associadas a diferentes níveis de permissões incluindo regra de exibições de áreas, acesso aos dispositivos, permissões dos usuários;
  - O nome, a data de vencimento e o texto descritivo poderão ser configurados na regra;
  - Os usuários poderão ser associados a diferentes regras para adquirir diferentes permissões;
  - O nome, a data de vencimento e o texto descritivo poderão ser configurados para o usuário;
  - Possibilitar adição de usuários através de Domínio sendo importados em lotes;
  - O usuário administrador deverá possuir o poder de forçar o log out de qualquer usuário;
- Permitir configurações de Segurança:
  - Bloqueio de endereço IP devido falhas de log in;
  - Ajuste o nível de segurança para cadastro de senhas;
  - Ajuste do período máximo para modificação da senha;
  - Bloqueio da aplicação do Controle do Cliente após tempo de inatividade;
- Permitir ajustes na configuração e manutenção do sistema:
  - Criação do nome para a localidade atual;
  - Habilitar a função de Mapa GIS configurando a URL do API do mapa e os ícones de regiões quentes e pontos de acesso;
  - Ajuste de configurações do NTP;
  - Ajuste de configurações do Active directory;
  - Configuração de um IP estático para acesso via WAN;
  - Configurações de NIC para o Servidor VSS;
  - Configuração de e-mail pré-definidos;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- Configuração dos protocolos de transferência como HTTP ou HTTPS;
- Configuração do Backup e restauração do banco de dados e configurações;
- Modo de Exibição Ao Vivo:
  - Visualização em tempo real das câmeras de diferentes áreas;
  - Controle de Pan, Tilt e zoom das câmeras PTZ;
  - Na imagem ao vivo, fazer capturas de fotos (snapshot) e gravações manuais;
  - Na imagem ao vivo, a realização da reprodução instantânea de, no mínimo, 2 minutos anteriores ao horário atual;
  - Zoom Digital;
  - Áudio Bidirecional com ajuste de volume do áudio em reprodução;
  - Alternar entre Fluxo Principal e Fluxo Secundário;
  - Ajustar a divisão de janela;
- Permitir no Modo de Reprodução:
  - Reprodução dos vídeos armazenados das câmeras de diferentes áreas;
  - Reprodução na linha do tempo;
  - Reprodução sincronizada ou não sincronizada de até 16 câmeras ao mesmo tempo;
  - Reprodução reversa;
  - Reprodução Quadro a Quadro;
  - Ajuste de velocidade de reprodução;
  - Habilitação do Áudio com ajuste de volume do áudio em reprodução;
  - Na reprodução, fazer capturas de fotos (snapshot) e gravações manuais;
  - Ajustar divisão de janela;
  - Zoom Digital;
- Permitir Configuração Local:
  - Ajustes das configurações de rede;
  - Decodificação através do hardware GPU;
  - Tipo de fluxo Global a ser utilizado: Fluxo Principal Secundário ou Suavizado;
  - Tempo limite da rede: tempo de espera padrão para operação nas aplicações do Web Client;
  - Formato na captura de imagem: JPEG/BMP;
  - Visualizar os caminhos de gravação de imagens e vídeos no PC local;
- Aplicação de Controle do Cliente (Control Client):
  - Permitir decodificação através do hardware GPU;
  - Permitir recebimentos dos alarmes e eventos provenientes das câmeras IP do mesmo fabricante;
  - Permitir acessar ao Servidor de Gerenciamento do Sistema de Vigilância (VSS) através do endereço IP e nome do domínio;
  - Permitir Autenticação do usuário através de usuário domínio;
  - Permitir que a divisão de janelas, no modo Exibição Ao Vivo e Reprodução, se adapte de acordo com o número de câmeras selecionadas;
  - Permitir no Modo Exibição Ao Vivo;
  - Visualização dos vídeos em tempo real das câmeras;
  - Controle de Pan, Tilt e zoom das câmeras PTZ;





Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- Criação de visualizações personalizadas no perfil público (onde todos usuários cadastrados terão acesso) e no perfil privado (onde apenas o usuário criador da visualização terá acesso);
- Troca automática (auto switch) dos perfis de visualização;
- Na imagem ao vivo, fazer capturas de fotos (snapshot) e gravações manuais;
- Na imagem ao vivo, a realização da reprodução instantânea de, no mínimo, 2 minutos anteriores ao horário atual;
- Visualização em telas auxiliares;
- Zoom Digital;
- Áudio Bidirecional com ajuste de volume do áudio em reprodução;
- Exibição do Status da câmera;
- Controle de acionamento de alarmes;
- Troca do fluxo (stream) de vídeo ao vivo para Fluxo Principal (Main Stream), Fluxo Secundário (Sub stream) ou Fluxo Suavizado (Smooth Stream);
- Modo dewarping indicado para utilização em câmeras modelo Fisheye;
- Exibição de eventos no modo em tempo real como eventos de reconhecimento facial e eventos de reconhecimento dos caracteres das placas dos veículos (ANPR);
- Permitir no Modo de Reprodução;
- Reprodução normal para gravações contínuas;
- Reprodução Inteligente baseado em análises detecção de movimentos, intrusões e cruzamento de linha;
- Reprodução sincronizada ou não sincronizada de até 16 câmeras ao mesmo tempo;
- Reprodução no modo dewarping indicado para utilização em câmeras modelo Fisheye;
- Adição de etiquetas (tags) para marcação de pontos importantes na gravação;
- Reprodução de vídeo etiquetados;
- Bloqueio / Desbloqueio de arquivos de vídeo para proteção;
- Download dos arquivos de vídeo;
- Reprodução reversa;
- Reprodução Quadro a Quadro;
- Configuração da velocidade de reprodução;
- Habilitar ou Desabilitar o áudio permitindo também o ajuste de volume;
- Zoom Digital;
- Fazer capturas de fotos (snapshot) e recortes manuais de trechos das gravações;
- Troca do fluxo (stream) de vídeo ao vivo para Fluxo Principal (Main Stream), Fluxo Secundário (Sub stream) ou Fluxo Suavizado (Smooth Stream);
- Gerenciamento de imagens e clipes capturados durante o modo de exibição em tempo real e reprodução os quais armazenados localmente;
- Permitir no modo de Controle por Mapas Sinóticos;
- Visualização do localidades geográficas de câmeras, entrada de alarmes e portas no mapa;
- Exibição de imagens ao vivo e reprodução das câmeras e portas no mapa;
- Controle do acionamento de alarmes no mapa: habilitar e desabilitar câmeras, entradas de alarme das câmeras, portas;
- Buscar e visualizar, no mapa, histórico de alarmes das câmeras, entradas de alarmes das câmeras, portas;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- Receber notificações no mapa quando um evento for acionado;
- Atalhos para acesso a áreas quentes;
- Zoom +/- no mapa;
- Permitir na Central de Eventos;
- Exibição da Informação dos Eventos incluindo horário da ocorrência, nome do evento, Status, etc.;
- Reprodução do vídeo relacionado ao evento no horário da ocorrência;
- Adição de etiquetas (tags) nas informações do evento;
- Solicitação da confirmação do tratamento do evento pelos operadores permitindo adição de texto;
- Controle de acionamento de alarmes;
- Habilitar / Desabilitar a janela de pop-up e áudio para ocorrências de eventos;
- Permitir no Controle do Reconhecimento dos caracteres das placas dos veículos (ANPR)
- Exibição em tempo real dos caracteres reconhecidos das placas dos veículos no Modo de Exibição Ao Vivo;
- Possibilidade de Adição das placas com caracteres reconhecidos, no Modo de Exibição Ao Vivo, na lista de grupo de veículos;
- Buscar registros das placas com caracteres reconhecidos pela câmera e informação do horário da passagem;
- Inscrição para receber o alerta do evento via e-mail ou aplicativo no smartphone;
- Permitir no Modo de Comparação Facial;
- Exibição em tempo real das faces capturadas e reconhecidas no Modo de Exibição Ao Vivo;
- Visualização das informações sobre as faces reconhecidas;
- Possibilidade de adição das faces capturadas, no Modo de Exibição ao Vivo, na lista de grupo de faces;
- Carregamento da imagem da face como referência para busca no banco de dados de fotos capturadas (disponível apenas para servidor ou NVR de reconhecimento facial, verificar compatibilidade);
- Inscrição para receber o alerta do evento via e-mail ou aplicativo no smartphone;
- Permitir no Modo de Controle de Acesso;
- Exibição de imagens ao vivo de pontos de controle de acesso vinculados a câmeras de monitoramento;
- Reprodução de eventos de abertura de porta dos pontos de controle de acesso vinculados a câmeras de monitoramento;
- Controle dos pontos de acesso para abrir, fechar, manter aberto ou manter fechado;
- Visualizar registro em tempo real de passagens de cartão de acesso;
- Busca de eventos de controle de acesso nos pontos de acessos adicionados;
- Inscrição para receber o alerta do evento via e-mail ou aplicativo no smartphone;
- Permitir no Modo de Relatórios;
- Relatório de Análise de Veículos: Geração de relatório para exibição do número de veículos com placas reconhecidas durante um período de tempo pré-estabelecido pelo usuário;
- Exportar relatório e armazenamento localmente;
- Permitir na Tela de Monitoramento do Status do Sistema;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- Monitoramento do Status como online ou offline dos recursos como câmeras, controle de acesso, NVRs, pontos de acesso e servidores;
- Permitir na Central de Downloads;
- Verificar as tarefas de transferência de arquivos e status;
- Download do Video player para reprodução dos vídeos baixados;
- Aplicação do Cliente Móvel (Mobile Client):
  - Permitir acessar ao Servidor de Gerenciamento do Sistema de Vigilância (VSS) através do endereço IP e nome do domínio;
  - Permitir Autenticação do usuário através de usuário domínio;
  - Permitir autenticação com protocolos de transferência HTTP ou HTTPS;
  - Permitir buscar câmeras em diferentes pastas;
  - Permitir no Modo de Exibição Ao Vivo;
  - Visualização em Tempo Real das câmeras adicionadas;
  - Visualização em Tempo Real do vídeo relacionado ao ponto de acesso vinculado a câmera;
  - Configurar divisão de janela 1/4/9;
  - Na imagem ao vivo, fazer capturas de fotos (snapshot) e gravações manuais;
  - Zoom Digital;
  - Controle de Pan, Tilt e zoom das câmeras PTZ;
  - Habilitar/Desabilitar o áudio da câmera em tempo real;
  - Ajustar a qualidade do vídeo;
  - Áudio Bidirecional com ajuste de volume do áudio em reprodução;
  - Modo dewarping indicado para utilização em câmeras modelo Fisheye;
  - Exibição de eventos no modo em tempo real como eventos de reconhecimento facial e eventos de reconhecimento dos caracteres das placas dos veículos (ANPR);
  - Abrir/Fechar porta manualmente;
  - Exibição dos registros das pessoas cadastradas em tempo real incluindo perfil da pessoa, nome e resultado dos acessos;
  - Exibição do veículo cadastrado com placa reconhecida com informações de Placa e horário de passagem;
  - Possibilidade de Adição das placas com caracteres reconhecidos, no Modo de Exibição Ao Vivo, na lista de grupo de veículos;
  - Exibição de informação de faces reconhecidas (em tempo real ou histórico) incluindo informações detalhadas da pessoa e foto capturada e similaridade com a foto do banco de faces;
  - Possibilidade de adição das faces capturadas, no Modo de Exibição ao Vivo, na lista de grupo de faces;
  - Acionar evento ao usuário pré-definido;
  - Permitir no Modo de Reprodução;
  - Reprodução de vídeos;
  - Habilitar/Desabilitar o áudio da câmera em reprodução;
  - Na reprodução, fazer capturas de fotos (snapshot) e gravações manuais;
  - Recorte de vídeo;
  - Reprodução sincronizada;
  - Zoom Digital;
  - Troca de entre fluxos de vídeo principal e secundário;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- Modo dewarping indicado para utilização em câmeras modelo Fisheye;
- Permitir modo de recebimento de eventos;
- Recebimento e exibição das notificações de eventos e alarmes relacionado ao vídeo ao vivo ou gravação;
- Visualização das informações dos eventos ocorridos;
- Filtro de alarmes por prioridade, status e categoria;
- Visualização das fontes de eventos no mapa relacionado;
- Opção de confirmação dos eventos ocorridos;
- Permitir exibição dos alarmes de eventos dos dispositivos de segurança em tempo real;
- Permitir exibição dos detalhes da câmera incluindo status online, controle PTZ, etc.;
- Permitir que catracas e dispositivos de reconhecimento facial sejam acessíveis para controle manual de portas e controle de liberação nas catracas;
- Permitir adicionar informações de pessoas na lista de pessoa;
- Inscrição para receber o alerta do evento via e-mail ou aplicativo no smartphone;

**3.1.13. Postes de metal para instalação dos equipamentos – 80 unidades**

Detalhamento dos Postes:

A CONTRATADA deverá montar e Instalar postes com as seguintes especificações:

- Postes com altura que variável de 3m até 15m, telefônico;
- Fabricado em aço SAE 1010/1020;
- Sistema de Fixação:
  - ENGASTADOS: Sem base para engastamento ao solo;
  - FLANGEADOS: Com base para fixação através de chumbadores;
- Acabamento podendo ser galvanizado a fogo conforme a norma ABNT NBR 6323/7397 e 7400 ou galvanizado e pintado sendo galvanizado a fogo e pintura Eletrostática;

**3.1.14. Adequação física da sala onde serão instalados os equipamentos (central de monitoramento) – item único**

Detalhamento dos serviços necessários:

A CONTRATADA deverá adequar a sala indicada pela CONTRATANTE para receber os equipamentos e serviços, “contemplando” assim a Central de Monitoramento e realizar a instalação dos postes metálicos nas localidades que receberão as câmeras de segurança, com as seguintes especificações e características:

- A CONTRATADA deverá adequar a sala com metragem máxima de 30m². NÃO sendo a mesma obrigada a adequar um espaço maior do que o estipulado;
- A sala deverá contar com estrutura de piso elevado para facilitar a ligação dos



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

equipamentos e mobiliários;

- A CONTRATADA deverá executar os serviços de ALVENARIA caso seja necessário para até o limite dos 30m² da sala;
- A sala deverá ser pintada de acordo com o padrão estabelecido com a CONTRATANTE, porém observando sempre cores neutras e escuras, cuidando da saúde ocular dos agentes que trabalharão na mesma;
- Caso a sala indicada pela CONTRATANTE possua janelas, as mesmas deverão ser vedadas visando assim aumentar a segurança da sala assim como a sua privacidade;
- A CONTRATADA deverá instalar iluminação ambiente compatível com o modelo de serviço, observando sempre quando possível para prover iluminação difusa no ambiente;
- A CONTRATADA deverá realizar toda a adequação elétrica da sala indicada, porém a mesma NÃO será obrigada prover ponto elétrico confiável até o quadro geral da sala, cabendo a CONTRATANTE fornecer ponto elétrico que suporte toda a carga de trabalho necessária para suprir os equipamentos;
- A CONTRATADA deverá fornecer e instalar uma tranca eletrônica para a porta de entrada da Central de Monitoramento, provendo assim mais segurança e controle de acesso à mesma;

**3.1.18. ACESSÓRIOS**

Deve ser fornecido um conjunto de acessórios para o perfeito funcionamento do sistema tais como:

- Cabo elétrico pp 3x2,5mm;
- Fita de velcro;
- Fita dupla face;
- Canaletas de acabamento;
- Fita isolante;
- Organizador de cabos;
- Patch painel de 24 portas;
- Rack padrão 19” para instalação dos equipamentos;
- Conectores fêmea RJ45 Cat6;
- Patch Cord Cat6;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- Cabos UTP Cat6;
- Terminais machos e fêmeas externos ou de sobrepor;
- Terminais elétricos de sobrepor;

Tudo para o perfeito funcionamento do sistema. Não será aceito alegação de que determinado acessório, pertinente ao perfeito funcionamento do sistema, não foi fornecido por não estar detalhado. Havendo dúvida, sobre a necessidade de fornecimento, esta deve ser esclarecida, antes da abertura das propostas.

### **3.2. DOS SERVIÇOS**

#### **3.2.1. INTERLIGAÇÃO DAS UNIDADES (CENTRAL DE MONITORAMENTO E CÂMERAS)**

A CONTRATADA deverá executar a interligação das unidades de monitoramento (Câmeras) junto da Central de Monitoramento através de rede de dados via fibra ótica, visando melhor qualidade de imagem e dos tráfegos de rede.

#### **3.2.2. SUBCONTRATAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE REDE DE DADOS DE FIBRA ÓTICA**

Devido à natureza distinta dos objetos mensurados neste estudo (equipamentos e sistema de videomonitoramento e sua interligação através de rede de dados utilizando fibra ótica), onde detectamos que as empresas que prestam serviço de monitoramento através de câmeras de segurança, trabalham com lançamento de fibra dedicada para atender adequadamente à solução proposta, acabaria inviabilizando tecnicamente o projeto, caso optarmos por permitir a subcontratação (locação) da infraestrutura de rede de fibra ótica junto a algum fornecedor já instalado no município, por prejudicar a dinâmica de atendimento devido a complexibilidade de atendimento de vários contratos para uma única finalidade / serviço. Para tal, a proponente deverá assegurar as seguintes exigências conforme relacionado abaixo:

- Não poderá ser subcontratada empresa para a prestação dos serviços de rede de dados de fibra ótica, cabendo a proponente utilizar a sua própria estrutura de rede de fibra ótica para atender ao projeto;
- A velocidade de comunicação entre as unidades ponta (câmeras e central de monitoramento) deverá ser de no mínimo 500mb de throughput para garantir a





Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

velocidade e fluidez dos serviços a serem ofertados nas mesmas, sem gerar lentidão ou apresentar perda de pacotes;

- Deverá garantir a segurança dos dados trafegados aplicando mecanismos de prevenção a acesso não autorizado na rede Outdoor;
- A prestadora deverá possuir e comprovar, contrato junto à concessionária de energia elétrica local para utilização de postes para o lançamento da fibra ótica no município;
- Deverá utilizar rede própria para a prestação dos serviços, não podendo sublocar os serviços com outras operadoras, de modo que os dados trafegados sejam estritamente feitos pela rede da CONTRATADA.
- A CONTRATADA deverá possuir licença SCM para operação no município;
- A CONTRATADA deverá aplicar em toda a rede disponibilizada para a Administração, mecanismos de combate a ataques DDoS (Deny of Service ou Negação de Serviço) comprovando possuir, através de contrato ou ferramenta própria, serviço que faça verificação e proteção na rede contra este tipo de ataques;
- Entrega L2 nos pontos remotos via ONU em modo bridge com 1GB de negociação na porta rj45 entregando vlan do serviço em modo access (acesso);
- Para a unidade da CENTRAL DE MONITORAMENTO, deverá entregar L2 na unidade central com fibra ASU de pelo menos 6fo e mais 2 ONUs em modo bridge para redundância, entrando vlan do serviço em modo access (acesso);
- Entregar Banda de comunicação verificada por ponto de no mínimo 500mb;
- Os equipamentos deverão operar de acordo com a família de recomendações ITU-T G.984;
- Os equipamentos (ONU) deverão possuir no mínimo 01 (uma) interface GPON (G.984);
- Os equipamentos (ONU) deverão possuir no mínimo 02 (duas) interfaces LAN 10/100/1000 BASE-TX;
- A CONTRATADA deverá comprovar que ao menos um funcionário possui certificação em Rede de Dados;
- A CONTRATADA deverá comprovar que ao menos um funcionário possua certificação em Data Cabling System e MCT Fluke;

Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024****3.2.3. PERMISSÃO DE UTILIZAÇÃO DE ENLACE DE RÁDIO (WI-FI) PARA UNIDADES COMPROVADAMENTE ERMAS**

Devido a geografia do município de Itatiaia contar com diversas áreas distantes onde muitas delas são de difícil acesso para os provedores de rede de dados efetuar o lançamento de fibra ótica, muitas áreas consideradas ermas além de várias áreas de preservação ambiental, consideramos a permissão para que a PROPONENTE, forneça para as localidades comprovadamente ermas, a entrega de ponto de conexão de rede através de rádio enlace (Wi-Fi) desde que não comprometa a qualidade das imagens capturadas e não prejudique o funcionamento dos sistemas. Também serão limitados os pontos Wi-Fi a no máximo 10% do total de pontos contratados, onde por exemplo, sendo contratados 100 pontos, um máximo de 10 pontos poderão ser ativado via Wi-Fi.

**3.3. DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO**

**3.3.1.** A CONTRATADA deverá prestar serviços de instalação, configuração dos equipamentos e sistemas fornecidos nas localidades definidas pela CONTRATANTE.

**3.3.1.1.** Caberão à CONTRATADA os serviços de manutenção preventiva e corretiva de toda a solução ofertada, suporte online e on-site de todo o sistema, Incluindo os serviços de verificação, identificação, correção e remoção dos eventuais defeitos de funcionamento apresentados nos equipamentos ou softwares, compreendendo serviços de lubrificação, limpeza, regulagem, ajustes, reparos, reconfigurações e ainda quando for necessário, serviço de reinstalação, substituição ou reposição de peças desgastadas e/ou danificadas.

**3.3.1.2.** Caberá à CONTRATANTE, o apoio que se fizer necessário à execução destes serviços de manutenção, tais como auxílio de trânsito e disponibilização de veículos para subida em postes e ainda a responsabilidade pela comunicação com a companhia de distribuição de energia elétrica, bem como a realização de podas de árvores ou os aspectos que obstruam o perfeito funcionamento dos sistemas em manutenção.

**3.3.1.3.** Caberá à CONTRATADA, durante a vigência do contrato, garantirem o funcionamento dos equipamentos fornecidos realizando, sem custo extra à CONTRATANTE, de toda manutenção destes equipamentos, inclusive realizando a substituição de peças ou equipamentos.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**3.4. ATENDIMENTO (SLA)**

**3.4.1. DETALHAMENTO DO ATENDIMENTO (SLA)**

A CONTRATADA deverá realizar o atendimento aos chamados em 1º Nível, por telefone e/ou sistema Web com disponibilidade de 10x5, ou seja, de 10 (dez) horas por dia, de 8:00 as 18 00 e 05 (cinco) dias por semana, de segunda a sexta-feira;

A Central de Serviços é o ponto único de contato e tem por objetivo restaurar os serviços dos usuários o mais rápido possível, provendo soluções definitivas e soluções de contorno minimizando assim o impacto causado pelas falhas;

A CONTRATADA deverá possuir base operacional no município de Itatiaia a fim de agilizar os chamados técnicos e garantir disponibilidade de pessoal para atendimento exclusivo ao município;

A CONTRATADA deverá oferecer atendimento especializado a chamados em 2º Nível, com técnico especializado sempre que a resolução da ocorrência não for possível em 1º Nível, com disponibilidade de 8x5, ou seja, de 08 (oito) horas por dia e 05 (cinco) dias por semana e horário comercial;

O suporte de segundo nível deverá ser prestado por técnico especializado, com formação e/ou certificação adequada ao problema a ser tratado, este técnico será acionado pela Central de Serviços sempre que houver a necessidade;

O prazo de atendimento após abertura do chamado é de 04 (quatro) horas úteis.

O prazo para solução de um chamado aberto é de 24 (vinte e quatro) horas.

A CONTRATADA deverá prever o atendimento especializado em campo para realização de manutenções preventivas e/ou corretivas realizadas conforme agendamento prévio, tratamento de chamado, visitas corretivas e visitas preventivas;

As visitas corretivas deverão ser realizadas para todos os equipamentos do objeto deste termo de referência, conforme necessidade e abertura de chamados, sendo que o atendimento para estes chamados, deverão ocorrer em no máximo um dia útil e atender ao seguinte fluxo:

- Abertura do chamado técnico: Onde a CONTRATANTE deverá informar a CONTRATADA sobre ocorrência de falha (a) de funcionamento ou o não funcionamento geral ou parcial dos equipamentos ou softwares imediatamente após este procedimento, deverá a PROPONENTE informar a CONTRATANTE o identificador da ocorrência com data de abertura para referência no acompanhamento dos serviços de assistência técnica Um chamado aberto é aqui denominado de 'Ocorrência';
- Atendimento ao chamado técnico: Uma vez aberto o chamado, a PROPONENTE fará o atendimento em 1º Nível e caso exista necessidade, em 2º Nível e/ou atendimento especializado em campo;
- Conclusão do atendimento: O momento da solução satisfatória de uma "OCORRÊNCIA", com o retorno ao perfeito funcionamento, com o aceite devidamente registrado no relatório técnico da PROPONENTE;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- A PROPONENTE deverá ainda manter uma estrutura de NOC (Network Operations Center, ou Centro de Operações de Rede) para abertura dos chamados por período 24x7, ou seja, de segunda a domingo, 24 horas por dia;

Cabe a PROPONENTE o fornecimento de software para acompanhamento de abertura e tratamento do chamado, o qual deverá possuir interface WEB para o acompanhamento e emissão de relatórios destes chamados por parte da CONTRATANTE.

Para que não ocorram paradas nos sistemas, comprometendo a execução dos serviços e o atendimento ao público, poderão ocorrer execuções de serviços em horários não comerciais, devendo estes ser acordados com a CONTRATANTE para liberação dos locais e acompanhamento dos trabalhos.

Os colaboradores da PROPONENTE deverão estar uniformizados e portando crachás de identificação com foto durante todo o período de atividades.

Os colaboradores da PROPONENTE deverão portar e utilizar equipamentos de proteção individual de acordo com a atividade desempenhada.

Os trabalhadores da PROPONENTE deverão possuir habilitação técnica para prestar os serviços aqui requisitados apresentando à Chefia de Gabinete, a cópia dos seguintes documentos, referentes à segurança do trabalho:

- Certificados de Conclusão de Curso da NR-10 NR-12 e NR-35 dos funcionários, os quais obrigatoriamente serão os prestadores dos serviços.
- Técnico em telecomunicações com certificação do fabricante dos componentes de rede, como cabos, fibra óptica e etc.

### **3.5. TREINAMENTO**

**3.5.1.** A CONTRATADA deverá realizar treinamento operacional para 12 (doze) operadores e 04 (quatro) supervisores, sendo obrigatório no mínimo de 16 (dezesesseis) horas de treinamento operacional e 04 (quatro) horas de treinamento de supervisão.

**3.5.2.** Após treinamento os operadores deverão estar aptos a:

- Fazer login e logout;
- Visualizar imagens ao vivo;
- Visualizar imagens gravadas;
- Salvar vídeos de ocorrências;
- Habilitar uma nova câmera;
- Excluir uma câmera do Sistema.

**3.5.3.** Após treinamento o Supervisor deverá estar apto a;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

- Todas as funções dos operadores;
- Inclusão e exclusão de operadores;
- Inclusão e exclusão de níveis de acesso ao sistema pelos operadores.

**4. LOCAIS DE INSTALAÇÃO**

Nº	LOCAL	MOTIVAÇÃO	QUANTIDADE DE CÂMERAS IP TIPO BULLET	QUANTIDADE DE CÂMERAS TIPO LPR IP	QUANTIDADE DE CÂMERAS TIPO PTZ MÓVEL
1.	Rua Pinheiro 815 (praça), Vila Pinheiro	Controle de fluxo e vigilância.	1		1
2.	Country Club, Bairro Country Club	Controle de fluxo e vigilância.	1	1	
3.	Estrada do Cazunga, Vila Florida	Controle de fluxo e vigilância.	1	1	
4.	Rua das Rosas (praça), Vila Florida	Controle de fluxo e vigilância.	1	1	1
5.	Rua prefeito Assunção (principal), Centro	Controle de fluxo e vigilância.	6		
6.	Rua dona Apolinária, Centro	Controle de fluxo e vigilância.	6		
7.	Praça da Bíblia, Centro	Controle de fluxo e vigilância.	1		1
8.	Rua Osmar Amorim, Vila Odete	Controle de fluxo e vigilância.	1		
9.	Rua Antônio Gomes (estádio), Centro	Controle de fluxo e vigilância.	2		
10.	Rua Juliana Campos Mendes (em frente à praça), Vila Esperança	Controle de fluxo e vigilância.	3		



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

11.	Rua Vitoriana Sócrates, Centro	Controle de fluxo e vigilância.	1		
12.	Rua Capitão João Ferreira (casa da cultura), Centro	Controle de fluxo e vigilância.	2		
13.	Rua Bom Jesus Santana, Vila Magnólia	Controle de fluxo e vigilância.	1		
14.	Rua Santo Agostinho, Vila Maia	Controle de fluxo – Controle Fluxo	1		
15.	Campo do Vila Maia, Vila Maia	Controle de fluxo e vigilância.	1		
16.	Praça Vila Maia, Vila Maia	Controle de fluxo e vigilância.	1		1
17.	Rua Barbacena, Vila Magnólia	Controle de fluxo e vigilância.	1		
18.	Creche M. Dr. Roberto Cotrim, Vila Odete	Controle de fluxo e vigilância.	1		
19.	Rua Santa Maria, Vila Magnólia	Controle de fluxo e vigilância.	1		
20.	Praça Vila Odete, Vila Odete	Controle de fluxo e vigilância.	1		1
21.	Av. dos Expedicionários (padaria Atlas), Centro	Controle de fluxo e vigilância.	1		
22.	Esquina Edgar Bernardes com	Controle de fluxo e vigilância.	1		



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

	Cônego Bulção, Centro				
23.	Rua Col. Jose Mendes Bernardes, Jardim Paineiras	Controle de fluxo e vigilância.	1		
24.	Esquina Col. Jose Bernardes com Waldemar Bernardes, Jardim Paineiras	Controle de fluxo e vigilância.	1		
25.	Praça Agulhas Negras, Jardim Paineiras	Controle de fluxo e vigilância.	1		
26.	Esquina Otacílio Jose com Vitoria Sócrates, Jardim Paineiras	Controle de fluxo e vigilância.	1	1	
27.	Entrada Av. expedicionário com Av. Sócrates, Centro	Controle de fluxo e vigilância.	2	1	
28.	Câmara Municipal, Centro	Controle de fluxo e vigilância.	2		
29.	Cruzamento av. dos expedicionários, Centro	Controle de fluxo e vigilância.	4		
30.	Rua Jose Francisco (Abrigo), Vila Magnólia	Controle de fluxo e vigilância.	1		
31.	Esquina Rua Recife com Maranhão, Vila Odete	Controle de fluxo e vigilância.	1		
32.	Av. Um Leste, Jardim Itatiaia	Controle de fluxo e vigilância.	2	2	

Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

33.	CIEP Ezequiel Freire, Jardim Itatiaia	Controle de fluxo e vigilância.	2		
34.	Av. Lauro Mendes Bernardes (próximo aos bombeiros), Jardim Itatiaia	Controle de fluxo e vigilância.	2		
35.	Av. Lauro Mendes Bernardes com Av Simão Cunha, Jardim Itatiaia	Controle de fluxo e vigilância.	3		
36.	Av. Lauro Mendes Bernardes (em frente a Creche Sandra Maria Ferreira Cotrim), Campo Alegre	Controle de fluxo e vigilância.	2		
37.	Praça da Emancipação, Campo Alegre	Controle de fluxo e vigilância.	7		1
38.	Rua Maria Correia Faria (em frente ao campo), Campo Alegre	Controle de fluxo e vigilância.	1		
39.	Av. Itatiaia com Av. Country Club, Campo Alegre	Controle de fluxo e vigilância.	1		
40.	Estr. de Furnas (em frente a Creche), Nova Conquista	Controle de fluxo e vigilância.	1		



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

41.	Estr. Furnas com Rua 23, Nova Conquista	Controle de fluxo e vigilância.	1		
42.	Av. João Azevedo Carneiro 525 (praça), Campo Alegre	Controle de fluxo e vigilância.	1		
43.	Rua Roberto Cotrim (em frente ao colégio Elisa Lisboa), Campo Alegre	Controle de fluxo e vigilância.	2		
44.	Rua Vinte e oito N 115 (Hospital Municipal), Jardim Itatiaia	Controle de fluxo e vigilância.	1		
45.	Estrada de Penedo (em frente ao Shopping do esquilo), Penedo	Controle de fluxo e vigilância.	1		
46.	Pórtico de Penedo, Penedo	Controle de fluxo e vigilância.	1	4	1
47.	Av. das Mangueiras esquina com rua Resende, Penedo	Controle de fluxo e vigilância.	1		
48.	Av. das Mangueiras esquina com rua das Velas, Penedo	Controle de fluxo e vigilância.	2		1
49.	Av. das Mangueiras esquina com Av. Finlândia, Penedo	Controle de fluxo e vigilância.	2		
50.	Rua Olaria 206 (Penedo), Penedo	Controle de fluxo e vigilância.			1



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

51.	Av. das Mangueiras 611, Penedo	Controle de fluxo e vigilância.	3	1	
52.	Av. das Mangueiras 2646, Penedo	Controle de fluxo e vigilância.	1		
53.	Estr. Vale do Ermitão 17, Estrada Vale Ermitão	Controle de fluxo e vigilância.	2		
54.	Estrada das Três Cachoeiras 1349	Controle de fluxo e vigilância.	2		
55.	Em frente à escola Sebastião Bernardo (367 RA), Estrada da Fazendinha	Controle de fluxo e vigilância.	2		
56.	Praça da Fazendinha, Fazendinha	Controle de fluxo e vigilância.	2		
57.	Estrada da Cachoeira de Deus, Estrada da Cachoeira de Deus	Controle de fluxo e vigilância.	2		
58.	Av. penedo com rua José Ferreira, Penedo	Controle de fluxo e vigilância.	1		
59.	Av. Penedo com Bela Vista, Penedo	Controle de fluxo e vigilância.	1		
60.	Av. Penedo com rua das Laranjeiras, Penedo	Controle de fluxo e vigilância.	1		
61.	Av. Brasil com rua das Laranjeiras, Penedo	Controle de fluxo e vigilância.	2		
62.	Av. Brasil com rua Resende, Penedo	Controle de fluxo e vigilância.	1		

Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

63.	Av. Casa das pedras 2960, Penedo	Controle de fluxo e vigilância.	1		1
64.	Rodoviária	Controle de fluxo e vigilância.	2	1	1
65.	Av. Dr. Armando Marzoto 646, Penedo	Controle de fluxo e vigilância.	2		
66.	Praça do Maromba, Maromba	Controle de fluxo e vigilância.	2		1
67.	Centro Maringá, Maringá	Controle de fluxo e vigilância.	1		1
68.	Av. Ilhéus (Marechal Jardins), Marechal Jardim	Controle de fluxo e vigilância.	1	1	
69.	Rua Píer Dela Francesa com Av. Cimabue, Penedo	Controle de fluxo e vigilância.	1		
70.	Av. Gioto 454, Penedo	Controle de fluxo e vigilância.	2		
Nº	LOCAL	MOTIVAÇÃO	QUANTIDADE DE CÂMERAS IP TIPO BULLET	QUANTIDADE DE CÂMERAS TIPO LPR IP	QUANTIDADE DE CÂMERAS TIPO PTZ MÓVEL
	70 UNIDADES	70 UNIDADES	115 UNIDADES	14 UNIDADES	13 UNIDADES

**5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** A contratada deverá garantir, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, a disponibilização e o fornecimento dos materiais necessários à prestação do serviço, reposição e troca.

**5.2.** A contratada deverá realizar, em até trinta dias após a assinatura da Ata de Registro de Preços e, posteriormente, mensalmente, testes de funcionalidade do sistema de CFTV com o fornecimento do respectivo relatório conclusivo assinado pelo responsável.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**5.3.** A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços executados que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, com garantia mínima de doze meses, contados do recebimento dos serviços, conforme Lei nº 14.133/21.

**5.4.** A contratada deverá criar e fornecer Planta em CAD do município “As Built” com a localização dos pontos de conexão da rede e das câmeras. Necessário município oferecer a planta inicial para a realização dos serviços.

**6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**6.1.** Os serviços prestados pela contratada serão avaliados após a instalação do sistema e, mensalmente, com base na manutenção e na disponibilidade do atendimento às soluções dos problemas que, eventualmente, esse sistema apresente durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**7.1.** As empresas licitantes deverão entregar à Comissão de Licitação, juntamente, com a PROPOSTA DE PREÇO:

**7.1.1.** Comprovação da capacidade técnico-profissional para a execução do serviço.

**7.1.2.** Catálogo com os serviços ofertados e os equipamentos necessários à execução do serviço e quaisquer outros documentos originais do fabricante da solução que comprovem o atendimento às presentes especificações. A contratante se reserva o direito, caso julgue necessário, de requisitar documentos complementares e/ou realizar diligências para verificar o atendimento ao especificado.

**8. DA VISTORIA**

**8.1.** A vistoria técnica é **FACULTATIVA** e a licitante poderá realizá-la por intermédio de representante legal.

**8.2.** Caso a licitante opte pela vistoria, o seu agendamento deverá ser realizado, exclusivamente, por meio dos contatos listados abaixo:

LOCAL	TELEFONES	E-MAIL
<b>Chefia de Gabinete</b>	<b>(24) 3352-2058 / (24) 3352 - 1394</b>	<b>executargabinete@gmail.com</b>





Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**8.3.** A vistoria técnica será realizada, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 12h e das 13h às 16h, e serão acompanhadas por um servidor público, que assinará a declaração de vistoria técnica apresentada pela licitante.

**8.4.** A licitante deverá atentar para o período de agendamento e considerar que o prazo para visita iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do edital e irá até o dia útil anterior à data prevista para a realização do certame.

**8.5.** Não serão permitidas visitas técnicas sem a confirmação de seu agendamento, por e-mail, por parte do servidor responsável.

**8.6.** Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração de que não efetuou a visita técnica e se responsabiliza pelos riscos e preços propostos pela mesma.

**9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

**9.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por uma comissão designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**9.3.** Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

**9.4.** Pagar à contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

**9.5.** A Contratante irá disponibilizar para a Contratada todos os pontos elétricos necessários para interligação dos equipamentos do sistema de monitoramento, onde os postes serão instalados e na Central de Monitoramento, a fim de viabilizar o funcionamento dos equipamentos.

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e na quantidade especificada neste Termo de Referência.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**10.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**10.3.** Manter o empregado nos horários pré-determinados pela Chefia de Gabinete.

**10.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

**10.5.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

**10.6.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante.

**10.7.** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

**10.8.** Apresentar à contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

**10.9.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à contratante.

**10.10.** Atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

**10.11.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas na Ata de Registro de Preços, devendo a contratada relatar à contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

**10.12. Condição de Manutenção de Sigilo:**

**10.12.1.** A contratada deverá tratar como confidenciais e zelar pelo sigilo de todos os dados, informações ou documentos que tomar conhecimento em decorrência da prestação dos serviços



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

objeto desta contratação, devendo orientar seus empregados e/ou prepostos nesse sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

**10.12.2.** A contratada deverá assumir responsabilidade sobre todos os possíveis danos físicos e/ou materiais causados ao Órgão ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança.

**10.12.3.** Para formalização da confidencialidade exigida, a contratada deverá assinar Termo de Confidencialidade sobre Segurança da Informação – ANEXO I, comprometendo-se a respeitar todas as obrigações relacionadas com confidencialidade e segurança das informações pertencentes ao contratante, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem na divulgação, perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenadas, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processadas;

**10.12.4.** A contratada estará sujeita às penalidades administrativas, civis e penais pelo descumprimento da obrigação assumida.

**10.13.** Relatar à contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

**10.14.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**10.15.** Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**10.16.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços.

**10.17.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta e complementá-los, caso o previsto, inicialmente, em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos da Lei nº 14.133, de 2021.

## **11. DA VIGÊNCIA**

**11.1.** O presente objeto tem por sua vigência 12 (doze) meses em Ata de Registro de Preços.

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**12.1.** A inexecução do serviço, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a contratante às penalidades previstas no instrumento na Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa.

**13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos
CHEFIA DE GABINETE	*****	*****

**14. DOS ANEXOS**

**14.1.** Anexo I - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE SOBRE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO;

**14.2.** Anexo II –MODELO ORDEM DE SERVIÇO;

**14.3.** Anexo III – MODELO DE CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO.

Itatiaia, 31 de outubro de 2024.

---

FISCAL DE CONTRATO  
MATRÍCULA E CPF

---

Diego Gomes de Andrade  
Chefia de Gabinete



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**  
**ANEXO I**

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE SOBRE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

A empresa [RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL], pessoa jurídica com sede em [ENDEREÇO], inscrita no CNPJ/MF com o n.º [N.º DE INSCRIÇÃO NO CNPJ/MF], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente EMPRESA RECEPTORA, por tomar conhecimento de informações sobre o ambiente computacional da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIA/RJ, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade e Sigilo é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva da Prefeitura Municipal reveladas à EMPRESA RECEPTORA em função da prestação dos serviços objeto do referido Termo de Referência.
2. A expressão “informação restrita” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.
3. A EMPRESA RECEPTORA compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa da Prefeitura Municipal, das informações restritas reveladas.
4. A EMPRESA RECEPTORA compromete-se a não utilizar, bem como a não permitir que seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no contrato de prestação de serviços à Prefeitura Municipal, as informações restritas reveladas.
5. A EMPRESA RECEPTORA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

atividades relativas à prestação de serviços à Prefeitura Municipal, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.

6. A EMPRESA RECEPTORA possuirá ou firmará acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo.

7. A EMPRESA RECEPTORA obriga-se a informar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

8. A quebra do sigilo das informações restritas reveladas, devidamente comprovadas, sem autorização expressa da Prefeitura Municipal, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre a Prefeitura Municipal e a EMPRESA RECEPTORA sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal. Nesse caso, a EMPRESA RECEPTORA, estará sujeita, por ação ou omissão, além das multas definidas no Termo de Referência, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela Prefeitura Municipal, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civis e criminais respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

9. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas da Prefeitura Municipal.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, a EMPRESA RECEPTORA assina o presente termo através de seus representantes legais.

ITATIAIA - RJ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021

[NOME DA EMPRESA RECEPTORA]

Nome:





Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**ANEXO II**

logo da sua empresa	ORDEM DE SERVIÇO		
Cliente:		Número da O.S.:	
CNPJ:	Data de início do serviço: Horário:	Data do término do serviço:	Horário:
Telefone / Ramal:		Endereço:	
Técnico:		Supervisor:	

Problemas Relatados:		
Correções Realizadas:		
Materiais utilizados		
Descrição	Qnt	Unid



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

observações:	
Data:	Assinatura:



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**ANEXO III**

**MODELO DE CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06
Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de câmeras de vídeo monitoramento, sistema de vídeo monitoramento, sistema integrado de vídeo monitoramento, manutenção e suporte da solução ofertada e serviço de instalação dos equipamentos.	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%

	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de câmeras de vídeo monitoramento, sistema de vídeo monitoramento, sistema integrado de vídeo monitoramento, manutenção e suporte da solução ofertada e serviço de instalação dos equipamentos.	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,7%

OBS: Os pagamentos serão realizados mensalmente, mediante efetiva instalação e disponibilização dos respectivos equipamentos.

ITATIAIA - RJ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

Itatiaia - RJ, 12 de junho de 2024.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

Processo Administrativo n.º 2.481/2024

**ANEXO II**

**MINUTA DE CARTA-PROPOSTA**

Prezados Senhores,

À: Prefeitura Municipal de Itatiaia

Ref.: Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2024

**1.DO OBJETO:**

1.1. Apresentamos nossa Carta-Proposta para o **registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação com instalação de solução completa de video monitoramento público, manutenção e suporte da solução ofertada, em atendimento à prefeitura municipal de itatiaia pelo período de 12 (doze) meses, conforme discriminado no ANEXO I que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe;**

1.2. Declaramos conhecer e concordar com todos os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

**2.DO PRAZO E DA ENTREGA:**

2.1.O objeto deverá ser entregue de acordo com o edital licitatório respectivo.

**3.DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO:**

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Registro de Preços para contratação de empresa especializada prestação de serviços de locação com instalação de solução completa de vídeo monitoramento, manutenção e suporte da solução ofertada e serviço de instalação/desinstalação dos equipamentos e ativação elétrica e lógica bem como instalação dos equipamentos, sistemas e serviços. Mão de obra de instalação e treinamento de no mínimo 04 (quatro) profissionais devendo ser ministrado por profissional certificado oficialmente pelo fabricante da solução bem como repasse de toda a tecnologia implantada conforme quantitativos abaixo relacionados período de 12(doze) meses.				
1.1	Câmeras IP do Tipo Bullet	SERVIÇO /MES	115		



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

<b>1.2</b>	<b>Câmeras do tipo LPR IP</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>14</b>		
<b>1.3</b>	<b>Câmeras móvel tipo PTZ área urbana</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>13</b>		
<b>1.4</b>	<b>Unidade de armazenamento para gravação e armazenamento de imagens (principal)</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>01</b>		
<b>1.5</b>	<b>Switch 24 portas gerenciável pra interligação dos equipamentos na sala de monitoramento</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>01</b>		
<b>1.6</b>	<b>Servidor de vídeo para instalação do sistema de gerenciamento</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>01</b>		
<b>1.7</b>	<b>Protetor de surto (100~275vac):15ka</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>80</b>		
<b>1.8</b>	<b>Switch de mesa gigabit com 5 portas com PoE+</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>80</b>		
<b>1.9</b>	<b>Caixa externa em aço para fixação em poste (com acessório de fixação)</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>80</b>		
<b>1.10</b>	<b>Gerenciador de video wall</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>01</b>		
<b>1.11</b>	<b>Sala de monitoramento equipada</b>		<b>01</b>		



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

		<b>SERVIÇO /MES</b>			
<b>1.12</b>	<b>Software vms de gestão</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>01</b>		
<b>1.13</b>	<b>Postes de metal para instalação dos equipamentos</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>80</b>		
<b>1.14</b>	<b>Adequação física da sala onde serão instalados os equipamentos</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>01</b>		

**Total:** R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**Observações:**

- 1) Os preços deverão ser registrados no sistema eletrônico com base no valor total do lote;
- 2.1) Quaisquer marcas eventualmente citadas na descrição dos objetos devem ser consideradas como simples parâmetros.

**4. DA PROPOSTA:**

**4.1.**A validade da proposta será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão;

**4.2.**O preço proposto contempla todas as despesas que o compõem, tais como de embalagem, frete, bem como todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.).

\_\_\_\_\_  
(Data)

\_\_\_\_\_  
(Representante Legal)





Folha n°	P M I
PROCESSO N°	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA**  
**DE PEQUENO PORTE**

**(A licitante deverá apresentar, em impresso próprio, declaração devidamente datada e assinada).**

**Ref.:** Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2024

\_\_\_\_ (razão social da empresa), com sede na  
\_\_\_\_ (endereço), inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, vem, por  
intermédio de seu (sua) representante legal, o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da  
Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, **declarar**, sob as penas da  
Lei, que é \_\_\_\_\_ (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), que  
cumprе os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra  
em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar n.º 123/2006,  
estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45, da mencionada Lei.

\_\_\_\_\_  
(Data)

\_\_\_\_\_  
(Representante Legal)

**Obs.:** a licitante deverá apresentar, em impresso próprio, declaração devidamente datada e assinada.

#### ANEXO IV

- DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

À: Diretoria de Licitação/PMI-RJ

Ref.: Pregão Eletrônico n.º \_\_/2024

Prezados Senhores,

Pela presente, declaramos, para efeito do cumprimento ao estabelecido no inciso I, do art. 63, da Lei Federal n.º 14.133, de 01/04/2021, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no Edital, bem como nos responsabilizamos pela veracidade das informações prestadas para a Licitação destinada à **contratação de empresa especializada para a locação e instalação de solução completa de videomonitoramento público, manutenção e suporte, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itatiaia, pelo período de 12 (doze) meses.**

---

(Data)

---

(Representante Legal)

**Obs.:** a licitante deverá apresentar, em impresso próprio, declaração devidamente datada e assinada.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGO**

(Art. 63, IV, ° da Lei 14.133/2021)

\_\_\_\_\_ (razão social da empresa), com sede na  
\_\_\_\_\_ (endereço), inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, vem, por  
intermédio de seu (sua) representante legal, o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira  
de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, **declarar**, sob as penas da Lei, o devido  
cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado  
da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO QUE SUA PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE  
DOS CUSTOS**

(Art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021)

\_\_\_\_\_ (razão social da empresa), com sede na  
\_\_\_\_\_ (endereço), inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, vem, por  
intermédio de seu (sua) representante legal, o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira  
de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, **declarar**, sob as penas da Lei, que suas  
propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos  
trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais,  
nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
2.481/2024	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE O ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, BEM COMO DE INTEIRA SUBMISSÃO  
AOS TERMOS DESTES EDITAIS**

Itatiaia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

**Da empresa:** \_\_\_\_\_

**CNPJ:** \_\_\_\_\_

**Endereço:** \_\_\_\_\_

**À:** Prefeitura Municipal de Itatiaia

**A/C:** Pregoeiro

Tendo em vista o devido atendimento ao instrumento convocatório referente à licitação na modalidade de Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2024, declaramos:

- Que atenderemos ao que dispõe o art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu inciso XXXIII que assim determina: “Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos”;
- Inteira submissão aos termos do Edital.

---

Assinatura do Representante Legal  
CPF



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA AO LOCAL DE  
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio do seu representante legal, Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da carteira de identidades nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, e do cadastro de pessoa física, CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_ visitou o local de prestação dos serviços, tomando conhecimento dos ambientes onde serão realizados os serviços objeto do Pregão Eletrônico nº. \_\_\_\_/2024 e das demais condições que possam ter influência na prestação dos mesmos. Estando ciente da impossibilidade de alegar, em qualquer hipótese, desconhecimento de fatos que possam projetar impedimento no cumprimento do objeto contratual

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura do Servidor

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante legal da empresa)

CPF





Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DA VISITA TÉCNICA**

À

Prefeitura Municipal de Itatiaia (RJ)

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA abster-se da visita técnica ao local de execução dos serviços, conforme dispões o edital da respectiva licitação.

Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que temos pleno conhecimento de todas as condições e peculiaridades inerentes a natureza dos trabalhos, objeto da **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024**, assumindo total responsabilidade por esse fato e não o utilizaremos para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras, isentando a Prefeitura de Itatiaia (RJ) de reclamações e/ou reivindicações de nossa parte.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante legal da empresa)

CPF



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
2.481/2024	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**ANEXO X**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º /2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º /2024**

O **Município de Itatiaia**, Pessoa Jurídica de Direito Interno Público, inscrito no CNPJ - MF 31.846.892/0001-70, situado à Praça Mariana Rocha Leão, n.º 20, Centro, Itatiaia/RJ, representado pelo **Chefe de Gabinete, Sr. Diego Gomes de Andrade**, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_\_ – \_\_\_\_\_, endereço, doravante denominado simplesmente **Contratante registra os preços** da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ (endereço), na pessoa de seu (sua) representante legal, Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, para **registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação com instalação de solução completa de video monitoramento público, manutenção e suporte da solução ofertada, em atendimento à prefeitura municipal de itatiaia pelo período de 12 (doze) meses**, decorrente do Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2024, para Sistema de Registro de Preços, conforme art. 82 a 86, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações. As especificações técnicas constantes do Pregão mencionado e seus anexos e a proposta comercial da empresa integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

O prazo de vigência do Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura desta Ata de Registro de Preços.

**Serviços Registrados:**

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Registro de Preços para contratação de empresa especializada prestação de serviços de locação com instalação de solução completa de vídeo monitoramento, manutenção e suporte da solução ofertada e serviço de instalação/desinstalação dos equipamentos e ativação elétrica e lógica bem como instalação dos equipamentos, sistemas e serviços. Mão de obra de instalação e treinamento de no mínimo 04 (quatro) profissionais devendo ser ministrado por profissional certificado oficialmente pelo fabricante da solução bem como repasse de toda a tecnologia implantada conforme quantitativos abaixo relacionados período de 12(doze) meses.				
1.1	Câmeras IP do Tipo Bullet		115		



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
2.481/2024	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

		SERVIÇO /MES			
1.2	Câmeras do tipo LPR IP	SERVIÇO /MES	14		
1.3	Câmeras móvel tipo PTZ área urbana	SERVIÇO /MES	13		
1.4	Unidade de armazenamento para gravação e armazenamento de imagens (principal)	SERVIÇO /MES	01		
1.5	Switch 24 portas gerenciável pra interligação dos equipamentos na sala de monitoramento	SERVIÇO /MES	01		
1.6	Servidor de vídeo para instalação do sistema de gerenciamento	SERVIÇO /MES	01		
1.7	Protetor de surto (100~275vac):15ka	SERVIÇO /MES	80		
1.8	Switch de mesa gigabit com 5 portas com PoE+	SERVIÇO /MES	80		
1.9	Caixa externa em aço para fixação em poste (com acessório de fixação)	SERVIÇO /MES	80		
1.10	Gerenciador de video wall	SERVIÇO /MES	01		



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
2.481/2024	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

1.11	Sala de monitoramento equipada	SERVIÇO /MES	01		
1.12	Software vms de gestão	SERVIÇO /MES	01		
1.13	Postes de metal para instalação dos equipamentos	SERVIÇO /MES	80		
1.14	Adequação física da sala onde serão instalados os equipamentos	SERVIÇO /MES	01		

**1 - DA ENTREGA E FISCALIZAÇÃO DOS MATERIAIS REGISTRADOS:**

**1.1.** A efetivação da presente Ata não obriga a Administração a adquirir os materiais e/ou serviços registrados, no todo ou em parte, podendo até mesmo realizar outros procedimentos licitatórios para aquisição dos materiais e/ou serviços nos termos do art 25 do Decreto Municipal nº 4.470/2024;

**1.2.** O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, prazo que iniciará na data de assinatura da mesma, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços;

**1.3.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, de acordo com o art. 14, do Decreto Municipal n.º 4.470/2024;

**1.4.** A Contratada deverá seguir todas as determinações constantes no Edital Licitatório e seus anexos;

**1.5.** A Contratada deverá fornecer mão de obra especializada, todos os uniforme, EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e demais equipamentos necessários para a prestação dos serviços;

**1.6.** Havendo necessidade excepcional, nos casos em que não for possível a interrupção dos serviços ou quanto a sua execução somente puder ocorrer em horários fora expediente, poderá ser solicitado;

**1.7.** A Contratada deve adotar medidas rigorosas em relação à segurança, cumprindo todas as regras e normas aplicáveis à prestação dos serviços;

**1.8.** A equipe deverá apresentar-se ao trabalho devidamente uniformizada e munida de todos os equipamentos necessários, inclusive os equipamentos de proteção individual e coletiva – EPI's e EPC's;

**1.9.** O Município poderá determinar a paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica ou de segurança, ou ainda por inobservância ou desobediência as suas determinações.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
2.481/2024	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

Caberá à Contratada arcar com todos os ônus e encargos decorrentes, quando as razões da paralisação lhe forem imputáveis;

**1.10.** O objeto será recebido nos termos do art. 140, inciso I, alíneas “a” e “b”, e § 1º, 2º, 3º, da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

**a) Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

**b) Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**c)** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato;

**d)** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**1.11.** A Contratada que não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços estará sujeita às sanções previstas neste Edital. Neste caso, o Município poderá convocar, obedecida a ordem de classificação, o próximo fornecedor registrado no SRP;

**1.12.** Os serviços objeto desta licitação, quando contratados, serão fiscalizados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, por meio da servidora \_\_\_\_\_, matrícula nº \_\_\_\_\_, inscrita no CPF nº \_\_\_\_\_ a ser designada formalmente para tal, que determinará o que for necessário para regularização de faltas e defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, ficando os titulares da referida Secretaria como corresponsáveis;

**1.13.** À fiscalização caberá:

**a)** Verificar se a entrega do objeto e/ ou prestação dos serviços está sendo realizada em conformidade com as determinações deste Edital e do Contrato gerado para sua execução;

**b)** Adotar as providências necessárias à preservação dos interesses do erário, promovendo a atestação das faturas, opinando pela aplicação das penalidades cabíveis em caso falhas e inadimplementos e praticar os atos indispensáveis a boa execução do Contrato sob sua responsabilidade;

**c)** Emitir e cobrar, com a periodicidade determinada, os relatórios acerca da execução do Contrato, sugerindo, em tempo hábil, as providências necessárias em benefício da Administração, inclusive no tocante às hipóteses de alterações contratuais, de prorrogação, de rescisão, bem como aquelas destinadas a abertura de novo procedimento licitatório, se for o caso;

**1.14.** Ficam reservados à fiscalização/gestor do Contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo, e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus à Contratante ou modificação do objeto da contratação;

**1.15.** As decisões que ultrapassarem a competência da fiscalização do Contrato deverão ser solicitadas formalmente pela Contratada à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscalizador, por intermédio dele, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes;

**1.16.** A Contratada deverá aceitar, obrigatoriamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades;

**1.17.** A existência e atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
2.481/2024	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

próximas e remotas perante a Administração Municipal ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da Administração Municipal ou de seus prepostos, devendo, ainda, a Contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato da Administração Municipal dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

**2 - DO PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DE PREÇOS DOS MATERIAIS REGISTRADOS:**

**2.1.** O processamento para pagamento observará a legislação pertinente à legalidade da despesa pública (Decreto Municipal n.º 3.316/19 e Instrução Normativa CGM n.º 01/22), e será realizado da seguinte forma:

**2.2.** O pagamento dos serviços executados será efetuado por serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com as medições efetuadas pela fiscalização do contrato.

**2.3.** Para efeitos de pagamento, a Contratada deverá apresentar documentos de cobrança constando de forma discriminada a efetiva discriminação do serviço prestado, o quantitativo de serviço efetivamente prestado, informando ainda o nome e número do banco, agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado;

**2.4.** A Contratada deverá apresentar, juntamente aos documentos de cobrança, Certidão de comprovação de regularidade junto as Contribuições Previdenciárias, junto ao FGTS, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**2.4.1.** A Contratada deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica com **QR CODE** ou **CÓDIGO DE BARRAS**;

**2.5.** Os documentos de cobrança, juntamente com as Certidões deverão ser entregues pela Contratada, ao fiscal do Contrato, com protocolo de recebimento;

**2.6.** Caso o objeto executado seja faturado em desacordo com as disposições previstas neste Edital, no Termo de Referência anexo a este e no Contrato Administrativo gerado para a sua execução, ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a licitante vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento;

**2.7.** Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do seu recebimento, o fiscal do Contrato deverá encaminhá-lo para pagamento;

**2.8.** Havendo atraso no pagamento que tenha dado causa a Contratante, a Contratada fará jus a 0,033% (trinta e três milésimo por cento) por dia útil de atraso, calculado sobre o valor da fatura em atraso, fazendo jus a Contratante ao mesmo percentual de desconto em caso de antecipação do pagamento;

**2.9.** Durante a vigência, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas de quebra do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124, da Lei Federal 14.133/2021 c/c os art. 19 e 20 termos do Decreto Municipal nº 4.470/2024;

**2.10.** Se comprovada a redução dos preços praticados no mercado, a Administração convocará a Contratada para, após negociação, redefinir os preços e alterar a Ata de Registro de Preços.

**3 - DA DOTAÇÃO DE COBERTURA DOS MATERIAIS REGISTRADOS:**

**3.1.** A despesa decorrente desta Ata de Registro de Preços correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

**a) Órgão:** 02, **Unidade:** 02.01, **Funcional:** 04.122.0001, **Projeto/Atividade:** 0.001, **Elemento:** 3.3.90.39.00.00.00.00.1500, **Código Reduzido:** 000493, da Gabinete do Prefeito;

**4 - DO CADASTRO DE RESERVA:**



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
2.481/2024	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**4.1.** Ficam as empresas identificadas abaixo registradas no Cadastro de Reserva, formalizado nos termos da ordem de classificação junto ao Pregão que deu origem ao presente registro, ficando essas empresas, em caso de impedimento ou desistência da detentora do registro, convocadas a fornecerem o objeto do registro pelo mesmo valor da licitante detentora.

1) Empresa: \_\_\_\_\_;

2) Empresa: \_\_\_\_\_.

**4.2. Nota explicativa:** não havendo licitantes que tenham manifestado intenção de participar do Cadastro de Reserva, nos termos do Edital Licitatório que originou a presente Ata, constará, neste item, a redação “**Não houve licitante interessada ao Cadastro de Reserva**”.

**5 - DA VALIDADE E DA ADESÃO:**

**5.1.** Homologado o resultado da licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, que constitui documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para futura contratação, com validade de **12 (doze) meses** contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços;

**5.2.** A existência de preços registrados não obriga o Município de Itatiaia a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específicas para a aquisição de produtos e/ou materiais ora licitados nos termos do art 25 do Decreto Municipal nº 4.470/2024;

**5.3.** A entrega dos materiais registrados, quando solicitados pela Administração Municipal, se dará através de Solicitação de Fornecimento, obrigatoriamente formalizada dentro do prazo de vigência da Ata, pela Secretaria Municipal de Administração;

**5.4.** A Ata de Registro de Preços decorrente do presente Pregão poderá ser aderida, nos termos do art. 86 da Lei Federal 14.133/2021 c/c art. 23 e 24, do Decreto Municipal n.º 4.470/2024;

**5.5.** Constitui-se Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços decorrente deste Pregão de SRP a Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Licitações, em relação à autorização de adesão, validade dos preços e sua economicidade, e todos os demais atos definidos no Decreto Municipal n.º 4.470/2024, e como Órgão Gestor/Participante a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

**5.6.** Os Municípios ou Órgãos Não Participantes que solicitarem adesão à Ata serão os únicos e totais responsáveis em relação à economicidade da Ata aderida.

**5.7.** Os pedidos de adesão à presente Ata deverão iniciar-se por pedido formulado pelo Gestor Público, do Município ou Órgão não Participante, através de ofício de solicitação de adesão encaminhado ao Prefeito Municipal de Itatiaia;

**6 - DO CONTROLE E DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS:**

**6.1.** Durante a sua vigência, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas de quebra do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124, da Lei Federal 14.133/2021 c/c os art. 19 e 20 do Decreto Municipal nº 4.470/2024;

**6.2.** Se comprovada a redução dos preços praticados no mercado, a Administração convocará a empresa vencedora para, após negociação, redefinir os preços e alterar a Ata de Registro de Preços.

**7 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:**

**7.1.** As obrigações e responsabilidades em relação à execução da presente Ata são aquelas definidas para Contratada e Contratante no Edital Licitatório do qual a presente Ata se originou, conforme abaixo:





Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**7.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- a) A Contratada executará o objeto por sua exclusiva conta e responsabilidade, inclusive a referente a perdas e danos contra terceiros, ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária;
- b) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, nos termos do art. 116, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) **A Contratada deverá manter sempre atualizada a condição de habilitação exigida no Edital, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, podendo a fiscalizadora exigir a comprovação desta manutenção sempre que julgar necessário;**
- d) A empresa deverá disponibilizar um funcionário e dispor de número telefônico e e-mail para contato imediato da Contratante;
- e) Informar a Contratante sobre qualquer dificuldade, imprevisto ou alteração no objeto da licitação ou data e forma de entrega, com a devida justificativa;
- f) Demais obrigações previstas no Edital Licitatório e seus anexos.

**7.3. DAS RESPONSABILIDADES CIVIS DA CONTRATADA:**

- a) A Contratada é responsável pela indenização de danos causados em decorrência de negligência, omissão, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos.
- b) A fiscalização ou acompanhamento da execução da contratação pelos órgãos da PMI não excluem as responsabilidades da Contratada.

**7.4. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIA:**

- a) Efetuar o pagamento à Contratada, na forma estabelecida no Edital licitatório e seus anexos;
- b) Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares à execução do objeto;
- c) Notificar, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da execução do objeto;
- d) Demais obrigações previstas no Edital Licitatório e seus anexos.

**8 - DAS SANÇÕES E PENALIDADES:**

**8.1.** No caso de descumprimento total ou parcial das condições desta Ata de Registro de Preços ou cometimento das faltas dispostas no artigo 155, da Lei Federal nº 14133/2021, o Município, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da Lei Civil, aplicará à Contratada, conforme o caso, as penalidades previstas no artigo 156 da mesma Lei, observado a ampla defesa e contraditório, pela ordem, as seguintes penalidades:

**I** - Advertência escrita - comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento da Ata e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

**II** - Multa - deverá observar os seguintes limites máximos:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, calculado sobre o valor da fatura a ser entregue, por dia de atraso na entrega do objeto;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou da Ata de Registro de Preços, independente da aplicação de outras sanções previstas em lei, nas hipóteses de o adjudicatário se recusar a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou não aceitar ou retirar a ordem de



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
2.481/2024	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

fornecimento, caso de recusa em efetuar a garantia contratual ou apresentar documentos irregulares ou falsos;

**c)** 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

**III)** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido as infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155;

**IV)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido as infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo.

**8.2.** No caso de reincidência específica, a multa moratória deverá corresponder ao dobro do valor daquela que tiver sido inicialmente imposta, porém deverá observar sempre o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

**8.3.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV da cláusula 8.1 poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no inciso II, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**9 - DO CANCELAMENTO E DA REVOGAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS:**

**9.1.** A Contratada Registrada poderá ter seu Registro de Preços cancelado por intermédio de processo administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 21 e 22 do Decreto Municipal nº 4.470/2024, nos seguintes casos:

**9.1.1.** Por iniciativa do Município quando a Detentora do registro:

- a)** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b)** Não assinar a Ata de Registro de Preços e/ou retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c)** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d)** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

**9.2.** O cancelamento do Registro de Preços pode ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados por razão de interesse público ou a pedido do Fornecedor.

**9.2.1.** A comunicação do cancelamento do Registro de Preço, nos casos previstos item **9.2**, deve ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou protocolo, juntando-se comprovante nos autos do Registro de Preços;

**9.2.2.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação deve ser feita por publicação em veículo oficial de divulgação, assegurado o prazo recursal de 5 (cinco) dias.

**9.3.** Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o Município fará o devido apostilamento da revisão ou cancelamento do registro, no processo administrativo correspondente.

**9.4.** A Ata de Registro de Preços poderá ser revogada pelo Município:



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**9.4.1.** Automaticamente;

**9.4.2.** Por decurso de prazo de vigência;

**9.4.3.** Quando não restarem fornecedores registrados;

**9.4.4.** Pelo Município, quando caracterizado o interesse público.

**10 - DA INTEGRALIDADE:**

Fazem parte integrante da presente Ata o Edital de Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2024, a proposta financeira da Contratada, e o Processo Administrativo n.º 2481/2024, independente de transcrição ou menção expressa.

**11 - DO REGIME JURÍDICO:**

A legislação aplicável à execução desta Ata de Registro de Preços é Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações, a Lei Complementar n.º 123/2006 e os Decretos Municipais n.º 4.463/2024 e 4.470/2024 no que couber e principalmente nos casos omissos.

**12 - DO FORO:**

O Foro para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato é o da Comarca de Itatiaia, pelo privilégio do § 1º, do art. 92, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações.

E, por estarem justos e contratados, assinam a presente Ata em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim.

Itatiaia/ RJ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
**Sr. Diego Gomes de Andrade**  
Chefe de Gabinete  
(Contratante)

\_\_\_\_\_  
**Sr.**  
**Empresa**  
(Contratada)



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
2.481/2024	

Processo Administrativo n.º 2.481/2024

**ANEXO XI**

**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º /2024**

Processo Administrativo n.º 2.481/2024

*Contrato de Prestação de Serviços de locação de sistema de videomonitoramento, que entre si celebram o Município de Itatiaia, por intermédio do Gabinete do Prefeito e a empresa \_\_\_\_\_, na forma abaixo:*

O Município de Itatiaia, Pessoa Jurídica de Direito Interno Público, inscrito no CNPJ - MF sob o n.º 31.846.892/0001-70, situado à Praça Mariana Rocha Leão, n.º 20, Centro, Itatiaia / RJ, representado pelo Chefe de Gabinete, **Sr. Diego Gomes Andrade**, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade/estado \_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente **Contratante**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ-MF n.º \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, na pessoa de seu (sua) representante legal, Sr. (a) \_\_\_\_\_, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito (a) no CPF n.º \_\_\_\_\_, portador (a) da carteira de identidade n.º \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **Contratada**, celebram o presente Contrato conforme Processo Administrativo n.º 2.481/2024, com base na Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2024, regido pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações, e pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O presente Contrato tem como objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação com instalação de solução completa de video monitoramento público, manutenção e suporte da solução ofertada, em atendimento à prefeitura municipal de itatiaia pelo período de 12 (doze) meses**, nos termos determinados pelo Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2024 e seus anexos.

**3.DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO:**

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
------	-----------	---------	--------	-----------------	----------------



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
2.481/2024	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

<b>1</b>	<b>Registro de Preços para contratação de empresa especializada prestação de serviços de locação com instalação de solução completa de vídeo monitoramento, manutenção e suporte da solução ofertada e serviço de instalação/desinstalação dos equipamentos e ativação elétrica e lógica bem como instalação dos equipamentos, sistemas e serviços. Mão de obra de instalação e treinamento de no mínimo 04 (quatro) profissionais devendo ser ministrado por profissional certificado oficialmente pelo fabricante da solução bem como repasse de toda a tecnologia implantada conforme quantitativos abaixo relacionados período de 12(doze) meses.</b>				
<b>1.1</b>	<b>Câmeras IP do Tipo Bullet</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>115</b>		
<b>1.2</b>	<b>Câmeras do tipo LPR IP</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>14</b>		
<b>1.3</b>	<b>Câmeras móvel tipo PTZ área urbana</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>13</b>		
<b>1.4</b>	<b>Unidade de armazenamento para gravação e armazenamento de imagens (principal)</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>01</b>		
<b>1.5</b>	<b>Switch 24 portas gerenciável pra interligação dos equipamentos na sala de monitoramento</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>01</b>		
<b>1.6</b>	<b>Servidor de vídeo para instalação do sistema de gerenciamento</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>01</b>		



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

<b>1.7</b>	<b>Protetor de surto (100~275vac):15ka</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>80</b>		
<b>1.8</b>	<b>Switch de mesa gigabit com 5 portas com PoE+</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>80</b>		
<b>1.9</b>	<b>Caixa externa em aço para fixação em poste (com acessório de fixação)</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>80</b>		
<b>1.10</b>	<b>Gerenciador de video wall</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>01</b>		
<b>1.11</b>	<b>Sala de monitoramento equipada</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>01</b>		
<b>1.12</b>	<b>Software vms de gestão</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>01</b>		
<b>1.13</b>	<b>Postes de metal para instalação dos equipamentos</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>80</b>		
<b>1.14</b>	<b>Adequação física da sala onde serão instalados os equipamentos</b>	<b>SERVIÇO /MES</b>	<b>01</b>		

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR CONTRATUAL E DA GARANTIA**

**§1º.** O valor global desse contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), o qual poderá ser aditado ou suprimido somente mediante justificativa plausível, que atenda as exigências dos artigos 124 a 136, da Lei Federal nº 14.133/2021, no que for aplicável;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**§2º.** A Contratada deverá prestar uma garantia em qualquer modalidade prevista pelo §1º, art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/21, da ordem de **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

**a)** Para a modalidade de seguro-garantia, o prazo para a apresentação da garantia será de até 30 (trinta) dias, contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do art. 96, §3º, da Lei 14.133/21;

**b)** Nas demais modalidades, o prazo para a apresentação da garantia será de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato. O Prazo poderá ser prorrogável por igual período desde que devidamente justificado;

**c)** A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**d)** Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/21, a garantia deverá ser complementada para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

**e)** Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, a CONTRATANTE se utilizará da garantia dada para a finalidade de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela CONTRATADA, na recomposição das perdas e danos sofridos. A CONTRATADA ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 10 (dez) dias úteis seguintes à sua notificação.

**f)** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, conforme art. 100 da Lei nº 14.133 de 2021, mediante requerimento;

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

A vigência do presente Contrato será de **12 (doze) meses**, com início em \_\_/\_\_/\_\_ e término em \_\_/\_\_/\_\_, podendo ser prorrogado mediante justificativa nos termos da legislação vigente.

**CLÁUSULA QUARTA: DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

**§1º.** A Contratada deverá seguir todas as determinações constantes no Edital Licitatório e seus anexos;

**§2º** Se a Contratada não possuir sede no Município de Itatiaia, deverá disponibilizar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do respectivo termo de contrato, uma base operacional no Município, visando o pronto atendimento às demandas operacionais decorrentes da execução do objeto em questão;

**§3º** A Contratada deverá prestar os serviços de instalação, configuração dos equipamentos e sistemas nas localidades definidas pela Contratante;

**§4º** A Contratada deverá prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de toda a solução ofertada, sem custos extras à Contratante, inclusive a substituição de peças e/ou equipamentos;

**§5º** A Contratada deverá realizar em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato e, posteriormente, mensalmente, testes de funcionalidade do sistema CFTV com fornecimento do respectivo relatório conclusivo assinado pelo responsável;

**§6º** A Contratada deverá criar e fornecer planta em CAD do município "As Built" com a localização dos pontos de conexão de rede e das câmeras;





Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**§7º.** O Contrante deverá fornecer a planta inicial para a realização dos serviços.

**§8º.** A Contratada deverá realizar treinamento operacional para 12 (doze) operadores e 04 (quatro) supervisores, sendo obrigatório no mínimo 16 (dezesesseis) horas de treinamento operacional e 04 (quatro) horas de treinamento de supervisão;

**§9º.** O objeto será recebido nos termos do art. 140, inciso I, alíneas “a” e “b”, e § 1º, 2º, 3º, da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

**a) Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

**b) Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

**c)** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato;

**d)** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**§10º.** A Contratada deverá observar o prazo de execução estipulado, pois seu descumprimento ensejará no descredenciamento da mesma como fornecedora / prestadora de serviços da Prefeitura Municipal de Itatiaia, pelo período de até 05 (cinco) anos;

**§11º.** Os serviços objeto desta licitação, quando contratados, serão fiscalizados pelo Gabinete do Prefeito, por meio do servidora **Alessandra de Azeredo Duarte, matrícula nº 43.355, inscrita no CPF nº 026.707.337-27** a ser designada formalmente para tal, que determinará o que for necessário para regularização de faltas e defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, ficando os titulares da referida Secretaria como corresponsáveis;

**§12º.** À fiscalização do Contrato caberá:

**a)** Verificar se a prestação dos serviços está sendo realizada em conformidade com as determinações deste Edital e do Contrato gerado para sua execução;

**b)** Adotar as providências necessárias à preservação dos interesses do erário, promovendo a atestação das faturas, opinando pela aplicação das penalidades cabíveis em caso de falhas e inadimplementos e praticar os atos indispensáveis a boa execução do Contrato sob sua responsabilidade;

**c)** Emitir e cobrar, com a periodicidade determinada, os relatórios acerca da execução do Contrato, sugerindo, em tempo hábil, as providências necessárias em benefício da Administração, inclusive no tocante às hipóteses de alterações contratuais, de prorrogação, de rescisão, bem como aquelas destinadas a abertura de novo procedimento licitatório, se for o caso;

**§13º.** Ficam reservados à fiscalização/gestor do Contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo, e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus a Contratante ou modificação do objeto da contratação;

**§14º.** As decisões que ultrapassem a competência da fiscalização do Contrato deverão ser solicitadas formalmente pela Contratada à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscalizador, por intermédio dele, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes;

**§15º.** A Contratada deverá aceitar, obrigatoriamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados,



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades;

**§16º.** A licitante vencedora é responsável pelos danos causados diretamente à Administração Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, de acordo com o art. 120, da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações;

**§17º.** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Edital ou do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela licitante vencedora, sem ônus para a Administração Municipal.

**CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

**§1º. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**a)** A Contratada executará o objeto por sua exclusiva conta e responsabilidade, inclusive a referente a perdas e danos contra terceiros, ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária;

**b)** A Contratada deverá manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação;

**c)** Ao longo de toda a execução do contrato, a contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, nos termos do art. 116, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**d)** Fornecer toda e qualquer informação solicitada pela Prefeitura Municipal de Itatiaia/RJ;

**e)** As despesas relacionadas à execução do objeto são de total responsabilidade da Contratada;

**f)** A Contratada deverá disponibilizar um funcionário e dispor de número telefônico e e-mail para contato imediato da Contratante;

**g)** Informar a Contratante sobre qualquer dificuldade, imprevisto ou alteração no objeto, com a devida justificativa;

**h)** A Contratada deverá manter o empregado nos horários pré-determinados pela Chefia de Gabinete;

**i)** A Contratada deverá vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante;

**j)** Demais obrigações previstas no Edital Licitatório e seus anexos.

**§2º. DAS RESPONSABILIDADES CIVIS DA CONTRATADA:**

**a)** A Contratada é responsável pela indenização de danos causados em decorrência de negligência, omissão, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos.

**b)** A fiscalização ou acompanhamento da execução da contratação pelos órgãos da PMI não excluem as responsabilidades da Contratada.

**§3º. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIA:**

**a)** Efetuar o pagamento à Contratada, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos;

**b)** Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares à execução do objeto;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

c) Notificar, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da execução do objeto;

d) Demais obrigações previstas no Edital Licitatório e seus anexos.

**CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO, REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO**

§1º. O processamento para pagamento observará a legislação pertinente à legalidade da despesa pública (Decreto Municipal n.º 3.316/19 e Instrução Normativa CGM n.º 01/22);

§2º. Para efeitos de pagamento, a Contratada deverá apresentar documentos de cobrança constando de forma discriminada a efetiva discriminação do serviço prestado, o quantitativo de serviço efetivamente prestado, informando ainda o nome e número do banco, agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado;

§3º. A Contratada deverá apresentar, juntamente aos documentos de cobrança, Certidão de comprovação de regularidade junto as Contribuições Previdenciárias, junto ao FGTS, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

§4º. A Contratada deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica com **QR CODE** ou **CÓDIGO DE BARRAS**;

§5º. Os documentos de cobrança, juntamente com as Certidões deverão ser entregues pela Contratada, ao fiscal do Contrato, com protocolo de recebimento;

§6º. Caso o objeto executado seja faturado em desacordo com as disposições previstas neste Edital, no Termo de Referência anexo a este e no Contrato Administrativo gerado para a sua execução, ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a licitante vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento;

§7º. Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do seu recebimento, o fiscal do Contrato deverá encaminhá-lo para pagamento;

§8º. Havendo atraso no pagamento que tenha dado causa a Contratante, a Contratada fará jus a 0,033% (trinta e três milésimo por cento) por dia útil de atraso, calculado sobre o valor da fatura em atraso, fazendo jus a Contratante ao mesmo percentual de desconto em caso de antecipação do pagamento;

§9º. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante os 12 (doze) primeiros meses de vigência contratual;

§10º. Havendo interesse da Contratante em prorrogá-lo por outros períodos, o valor do Contrato poderá ser reajustado, havendo solicitação de reajuste pela Contratada, tendo por base o mês de formalização das propostas que estimaram a licitação, constante do processo administrativo, com base na variação dos índices IGPM, INPC, IPCA, corrigindo-se o valor contratado pelo índice que se mostrar mais vantajoso à Contratante,

§11º. Em caso de solicitação de reequilíbrio do contrato, o mesmo deverá ser processado nos termos da alínea “d” do inciso II do artigo 124 da Lei 14.133/21, sendo vedado pedidos quando estes decorrerem de atrasos na execução por culpa da CONTRATADA;

§12º. Em decorrência do objeto contratual não será aplicado a repactuação;

§13º. Os casos de aditamento ou supressão serão processados nos termos da alínea “b” do inciso I do artigo 124 c/c o artigo 125 todos da Lei 14.133/21 nos limites ali permitidos.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa decorrente desta licitação correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
2.481/2024	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**a) Órgão:** 02, **Unidade:** 02.01, **Funcional:** 04.122.0001, **Projeto/Atividade:** 0.001, **Elemento:** 3.3.90.39.00.00.00.00.1500, **Código Reduzido:** 000493, da Gabinete do Prefeito;

**CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos termos do art. 124, da Lei Federal 14.133/2021;

**§1º.** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

**§2º.** As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

**§3º.** Toda e qualquer alteração contratual deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, devendo ser formalizada por meio de aditamento e lavrado antes do término do prazo contratual.

**CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**§1º.** O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores;

**§2º.** A rescisão, se houver, dar-se-á por meio de processo administrativo próprio, por motivos devidamente comprovados e justificados;

**§3º.** Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente aos serviços executados que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo CONTRATANTE, deduzidos os débitos existentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES**

**§1º.** No caso de descumprimento do disposto no contrato ou cometimento das faltas dispostas no artigo 155, da Lei Federal nº 14133/2021, o Município, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da Lei Civil, aplicará à Contratada, conforme o caso, as penalidades previstas no artigo 156 da mesma Lei, observado a ampla defesa e contraditório, pela ordem, as seguintes penalidades:

**I)** Advertência escrita - comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

**II)** Multa - deverá observar os seguintes limites máximos:

**a)** 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, calculado sobre o valor da fatura a ser entregue, por dia de atraso na entrega do objeto e/ou prestação do serviço;

**b)** 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou da Ata de Registro de Preços, independente da aplicação de outras sanções previstas em lei, nas hipóteses de o adjudicatário se recusar a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou não aceitar ou retirar a ordem de fornecimento, caso de recusa em efetuar a garantia contratual ou apresentar documentos irregulares ou falsos;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

III) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido as infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155;

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido as infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo.

§2º. As multas moratórias e administrativas aplicadas serão descontadas do valor da garantia prestada, retidas dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município à Contratada, caso os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga por meio de guia própria ou cobrado judicialmente;

§3º. No caso de reincidência específica, a multa moratória deverá corresponder ao dobro do valor daquela que tiver sido inicialmente imposta, porém deverá observar sempre o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

§4º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV da cláusula §1º poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no inciso II, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA INTEGRALIDADE**

Integram o presente Contrato o Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2024 e seus anexos, a proposta financeira da Contratada e o Processo Administrativo n.º 2.481/2024, independente de transcrição ou menção expressa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

A legislação aplicável à execução deste Contrato é a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações, a Lei Complementar n.º 123/2006 e o Decretos Municipal n.º 4.463/2024 no que couber e principalmente nos casos omissos.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>2.481/2024</b>	

**Processo Administrativo n.º 2.481/2024**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO**

O Foro para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato é o da Comarca de Itatiaia, pelo privilégio do § 1º, do art. 92, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença das testemunhas abaixo:

Itatiaia/RJ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
**Sr. Diego Gomes Andrade**  
**Chefe de Gabinete**  
**(Contratante)**

\_\_\_\_\_  
**Sr. (a)**  
**Empresa**  
**(Contratada)**

**Testemunhas:**

1) \_\_\_\_\_ CPF nº. \_\_\_\_\_.

2) \_\_\_\_\_ CPF nº. \_\_\_\_\_.